

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ROSIVANIA SANTOS DE JESUS

R-existências das mulheres em território hidrossocial: estudo de caso da
Comunidade Bonsucesso no município de Poço Redondo - Sergipe - Brasil

Versão corrigida

São Paulo
2022

ROSIVANIA SANTOS DE JESUS

R-existências das mulheres em território hidrossocial: estudo de caso da
Comunidade Bonsucesso no município de Poço Redondo - Sergipe - Brasil

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Ester Rossini

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Jesus, Rosivania Santos de

R-existências das mulheres em território hidrossocial: estudo de caso da Comunidade Bonsucesso no município de Poço Redondo - Sergipe - Brasil / Rosivania Santos de Jesus; orientadora Rosa Ester Rossini - São Paulo, 2022.

111 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

Versão corrigida

1. R-existências. 2. Território Hidrossocial. 3. Movimentos Sociais. 4. Mulheres. 5. Hermenêutica. I. Rossini, Rosa Ester, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

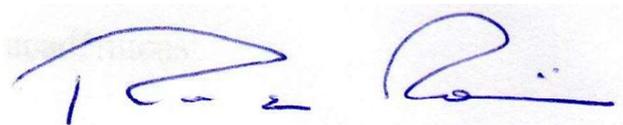
Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Rosivania Santos de Jesus**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **Dr (a). Rosa Ester Rossini**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21 / 09 / 2022



(Assinatura da orientadora)

JESUS, Rosivania Santos de. **R-existências das mulheres em território hidrossocial: estudo de caso da Comunidade Bonsucesso no município de Poço Redondo - Sergipe - Brasil.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022.

Aprovado em: 26/07/2022

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Rosa Ester Rossini (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Prof^a. Dr^a. Mirtes Rose Menezes da Conceição

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS

Prof^a. Dr^a. Elisa Pinheiro de Freitas

Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

À Guerreira amorosa, justa e de muito Axé.
É tão linda e vaidosa com seu charme de
mulher. Orixá do ventre bento traz crianças
pra brilhar. Na fonte de água clara quem
brilha é Opará.

À Oxum Opará.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar à frente de tudo! A minha mãe Marlene e meu Pai Renato. Mo dúpé fún gbogbo (obrigada por tudo). E por toda a sorte! Ao meu Amor Javier Trabadela por suportar minha ausência na presença cotidiana desses últimos meses e por toda a força. Te quero, mi guapo, mi guapito.

Agradeço às trabalhadoras do sistema educativo uspiano Clenes e Aninha. Clenes foi a minha primeira conexão ancestral que tive na USP, obrigada pela solidariedade, pelo apoio e por me emprestar o livro dos lugares da Espanha que eu tinha de conhecer. Já conheci tudo e mais um pouco! E, Aninha, quero agradecer pela sua imensurável generosidade e pelas palavras positivas, você é a pessoa que facilita a vida de quem cruza seu caminho.

Com carinho, agradeço às amigas Erika e Sirley. Minhas Amoras. Como é bom o caminhar da vida ao lado de vocês. Militantes, geógrafas, irmãs do Axé, mulheres admiráveis, forrozeiras do arrasta-pé. Gratidão por me fortalecerem em todos os momentos.

Com admiração à Mercedes, amiga inspiradora e geógrafa decolonial com quem compartilhei da sua família no meu primeiro Natal na Espanha, além de todas as conversas fortalecedoras do ser.

Agradeço à Bibi, obrigada por cada palavra, cada conselho dado, minha taróloga exclusiva. Obrigada pelas trocas. E à minha Iyalorixá Jouse agradeço por atender às minhas demandas espirituais, pela dedicação e entrega e pela força de Oyá em minha vida.

Também agradeço à Andréa da UBM, obrigada pela conexão ancestral, por participar e celebrar comigo um dos momentos mais importantes de minha vida, quando recebi a notícia do intercâmbio na Espanha em sua casa no CRUSP.

Toda gratidão à Jessica, nunca vou me esquecer da frase “Rosi, se você sente que foi um gesto de racismo, não é coisa de sua cabeça. É porque foi!” Tenho tanta saudade de nossas conversas na grama da FFLCH, nossas conversas nunca tinham limites, crescíamos juntas. Crescemos!

Quero agradecer ao querido amigo Clelton, da minha turma de mestrado, amigo da sofrência, parceiro das festas da EACH e do CRUSP, da mesa do bar e do último suspiro na finalização da escrita desta dissertação. Nossa frase: “Vamos vencer na força do ódio”. E à turma do CRUSP: Gaby, mulher preta vencedora de prêmio internacional na Física Nuclear, te ver na USP me fez não me sentir sozinha. Paul, por compartilhar bons momentos quando estive no intercâmbio na Espanha e pelos câmbios de euro que me ajudaram muito.

Também quero agradecer à amiga Mirtes Rose, membro desta banca de defesa, Professora Doutora da Geografia Cultural, da fazenda Anipum, do que hoje chamamos de “bairro Santos Dumont” em Aracaju. Somos de lá, da resistência! Obrigada pela inspiração e pelo fortalecimento de nossa identidade.

Às mulheres da família Borges quero agradecer: Clecinha, Marta e Natália. De maneira distinta e separadamente, estiveram comigo em cada passo desta trajetória. Marta, doutora em Estatística com quem compartilhei minhas agonias antes da escrita e os choros de alegria ao ter finalizado. Clecinha, já foram tantas histórias vividas, mas nessa ocasião ela sentia meus dias não tão bons e aleatoriamente me enviava trechos de livros ou músicas que ajudaram a me manter na minha essência. Natália, minha irmã de alma, que me faz acreditar que sou gênio, minha inspiração em sonhar alto.

Também quero agradecer à amiga de longas datas Bárbara, que disse: “Comece a fazer as entrevistas que você vai se empolgar, digo por experiência própria”. Essa mulher que nos orgulha tanto pela força e verdade.

Ao professor Doutor José Henrique da Conceição, niilista existencial, liderança do movimento da população em situação de rua, poliglota, mestre em Teoria Literária. Eu o conheci quando estava fazendo piquete na greve dos bancários. Nesse dia, ele disse: “Vou te colocar na USP doutora”, depois de uma longa conversa e uma série de perguntas sobre filósofos e sociólogos. A partir daí, fui estudar com ele todos os dias na Praça Fausto Cardoso. Uma das pessoas mais inteligentes que conheço, com quem passei estes últimos meses conversando todos os dias. Acordava com seu áudio “E o paper?” Em seu livro *Hermenêutica da Concriatividade de Euclides da Cunha*, analisa a geopoética (terra + poética), a terra como ser vivo, na obra *Os Sertões*, apresenta uma dinâmica pensamental instigante. O livro está em pré-venda!

Agradeço ao Professor Wanderley Messias da Costa por todos os ensinamentos, pela torcida e por acreditar em mim no início da trajetória uspiana. E à minha orientadora Rosa Ester Rossini pela paciência, pela liberdade científica e pelos grandes ensinamentos.

Quero agradecer profundamente às militantes entrevistadas do Baixo São Francisco Quitéria Gomes, Sônia Maria, Divaneide e Daniela; sem elas este trabalho não seria possível.

Ao meu Pai Oxóssi por mais esta flecha certa.

*“Água mole em pedra dura
Tanto bate até que fura.”*

(Ditado popular)

RESUMO

Na Comunidade de Bonsucesso, em Poço Redondo, município sergipano do semiárido brasileiro, inserido na região hidrográfica do Baixo São Francisco, são as práticas de resistência das mulheres, frequentemente articuladas com movimentos sociais, que produzem territórios de existência e territórios de resistência. Pode-se dizer, uma relação dialética de dominação e resistência. Dessa forma, o principal objetivo desta pesquisa é analisar as práticas de r-existências em território hidrossocial, tendo em vista ações protagonizadas por mulheres de movimentos sociais na construção de novas territorialidades ou contrarracionalidades. Para chegar a esse propósito, alguns passos galgados foram examinar a racionalidade/contrarracionalidade, bem como se buscou analisar o território hidrossocial em Poço Redondo e identificar a relação do corpo-território. Para tanto, foi utilizada a construção de unidades de análise conceitual em que prevaleceram a hermenêutica como método; entrevistas enquanto procedimento metodológico; e o uso do software Atlas.ti para tratamento e interpretação de dados qualitativos. A partir da análise de dados, foi possível perceber as formas alternativas à racionalidade hegemônica. A pesquisa mostrou, para além da importância dos movimentos sociais para efetuar uma mudança social, o caráter político da mercantilização no território hidrossocial, o corpo-território como potência na existência e que as r-existências em suas práticas espaciais acionam e acessam múltiplos territórios. Destaca-se, assim, a capacidade de resistirem à intensidade de uma série de conflitos de classe. Evidenciam-se discursos que legitimam as r-existências em territórios hidrossociais e a descoberta de instrumento de uma nova consciência para a construção de racionalidades paralelas, alternativas, opositoras, ou, como apontado por Milton Santos, outras formas de racionalidade, divergentes e convergentes, simultaneamente.

Palavras-chave: R-existências das mulheres. Território hidrossocial. Movimentos sociais. Comunidade de Bonsucesso. Hermenêutica.

ABSTRACT

In the Community Bonsucesso in the Poço Redondo, a municipality of semi-arid climate in the Brazilian state of Sergipe, located in the Baixo São Francisco hydrographic region, the resistance practices of women, often articulated with social movements, produce territories of existence and territories of resistance. It can be said, a dialectical relationship of domination and resistance. Consequently, the main objective of this research is to analyze the practices of existence-resistance in hydrosocial territory, in view of actions carried out by women from social movements in the construction of new territorialities or counter-rationality. Accordingly, some steps taken were to examine rationality/counter-rationality, as well as to analyze the hydrosocial territory in Poço Redondo and identify the relationship between body and territory. Therefore, the construction of conceptual analysis units was used in which hermeneutics prevailed as a method; interviews as a methodological procedure; and the use of Atlas.ti software for processing and interpreting qualitative data. From data analysis, it was possible to perceive alternative forms to the hegemonic rationality. The research showed, in addition to the importance of social movements to effect social change, the political character of commodification in the hydrosocial territory, the body-territory as a power in existence and that existence-resistance in their spatial practises trigger and access multiple territories. Thus, the ability to resist the intensity of a series of class conflicts stands out. There are discourses that legitimize the existence-resistance in hydrosocial territories and the discovery of an instrument of a new consciousness for the construction of parallel, alternative, opposing rationalities, or, as pointed out by Milton Santos, other forms of rationality, divergent and convergent simultaneously.

Keywords: R-existences (existence – resistance) of women. Hydrosocial territory. Social movements. Community Bonsucesso. Hermeneutic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Comunidade Bonsucesso.....	15
Figura 2: Triangulação dos instrumentos de pesquisa.....	38
Figura 3: Localização de Poço Redondo/SE.....	40
Figura 4: Unidades de planejamento territorial de Sergipe.....	41
Figura 5: Região Hidrográfica do São Francisco.....	42
Figura 6: Regiões fisiográficas da bacia do rio São Francisco.....	43
Figura 7: Usina de Xingó.....	43
Figura 8: Bacias hidrográficas de Sergipe.....	44
Figura 9: Comunidade ribeirinha de Bonsucesso/SE.....	46
Figura 10: Bordados da Comunidade de Bonsucesso – Poço Redondo/SE.....	46
Figura 11: Pesca artesanal na Comunidade de Bonsucesso – Poço Redondo/SE.....	47
Figura 12: Relevância das subcategorias na família r-existência (2022).....	62
Figura 13: Rede conceitual da família r-existência (2022).....	63
Figura 14: Árvore de citações dos movimentos sociais (2022).....	65
Figura 15: Relação entre Formação e Participação e Alianças Políticas (2022).....	67
Figura 16: Teia Contrarracionalidade (2022).....	69
Figura 17: Teia Racionalidade (2022).....	71
Figura 18: Teia Território Hidrossocial (2022).....	72
Figura 19: Teia Corpo-Território.....	73
Figura 20: Nuvem de palavras do estudo (2022).....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Esquema da metodologia de investigação (2022).....	38
Quadro 2: Matriz operativa (2022).....	49
Quadro 3: Análise da família r-existência (2022).....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Vulnerabilidade social.....	45
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APSFV	Articulação Popular São Francisco Vivo
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BR	Brasil
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CPP	Conselho Pastoral de Pescadores
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
PT	Português
SE	Sergipe
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 Visão sobre espaço geográfico.....	20
2.2 Território e corpo-território.....	23
2.3 Racionalidades/contrarracionalidades.....	25
2.4 Configurações hidrossociais.....	27
2.4.1 Territórios hidrossociais.....	29
2.5 R-existências: a terceira margem do rio.....	30
2.5.1 Tipos de R-existências.....	33
2.5.1.1 Interseccionalidade, gênero e água na análise espacial.....	34
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	36
3.1 Poço Redondo – a realidade simbólica do SER-tão.....	40
4 PELOS MEANDROS DO COTIDIANO – ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
a) Subcategoria Alianças Políticas.....	51
b) Subcategoria Desenvolvimento Artístico e Cultural.....	51
c) Subcategoria Participação e Formação.....	52
d) Subcategoria Agroecologia.....	53
e) Subcategoria Tecnologias Sociais.....	54
f) Subcategoria Movimento Social: Conselho Pastoral de Pescadores.....	54
g) Subcategoria Privatização.....	55
h) Subcategoria Vazão.....	56
i) Subcategoria Agronegócio.....	57
j) Subcategoria Conflitos e Cotidiano.....	57
k) Subcategoria Instrumentos de Gestão.....	58
l) Subcategoria Geopolítica da Água.....	59
m) Subcategoria Sentido e Significado do Rio.....	60
n) Categoria Contrarracionalidade.....	69
o) Categoria Racionalidade.....	70
p) Categoria Território Hidrossocial.....	71
q) Categoria Corpo-Território.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

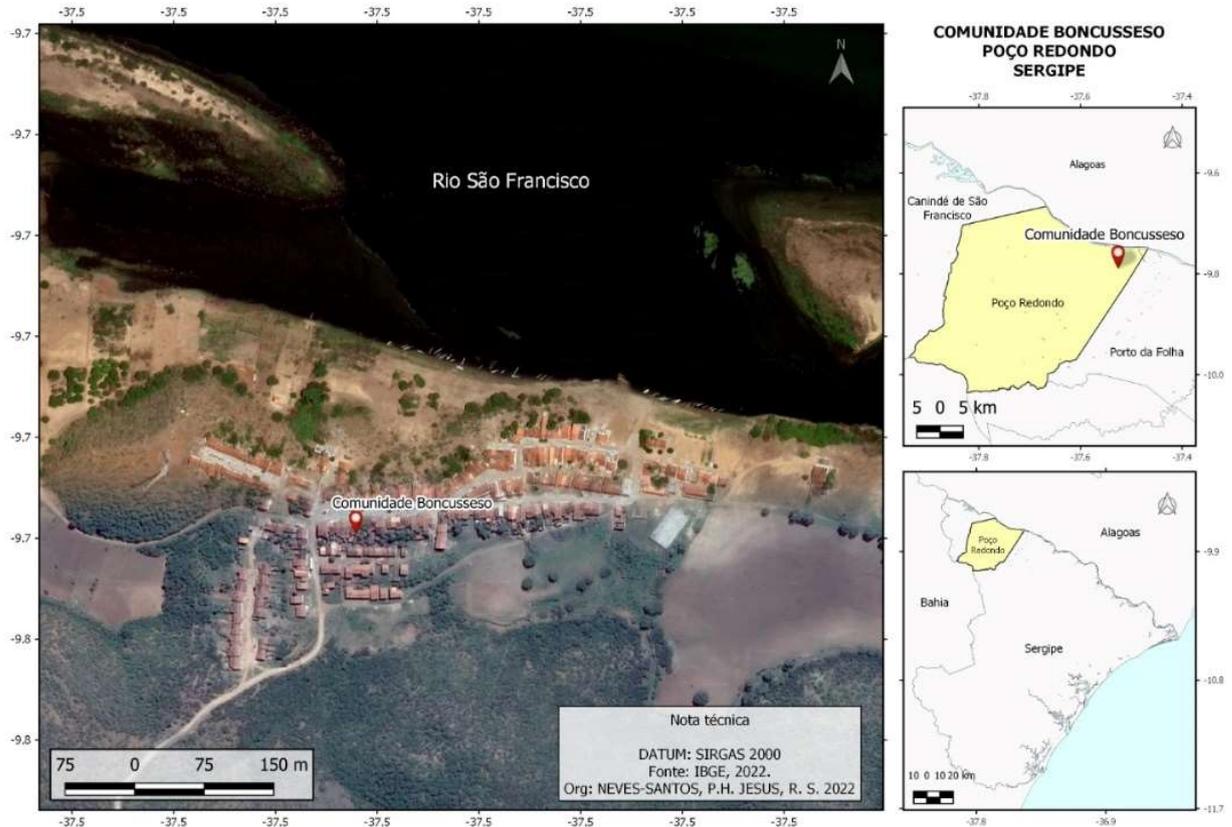
APÊNDICE A – Entrevistas.....	83
APÊNDICE B – Transcrição do vídeo.....	90
APÊNDICE C – Ata de reunião do Conselho da Pastoral de Pescadores.....	92
APÊNDICE D – Distribuição das subcategorias entre os documentos.....	93
ANEXO A – Cordel: Ampliando a resistência, fortalecendo a convivência.....	94

1 INTRODUÇÃO

As r-existências são o conjunto de práticas sociais coletivas e individuais que se contrapõem às ideologias hegemônicas. Quando emanadas no território, criam territórios de resistência social, compõem práticas de reinvenção da existência, de reapropriação da natureza e de afirmação da diversidade social e cultural. Nesse sentido, os movimentos sociais estabelecidos em território hidrossocial abrem-se a novos caminhos para a luta de classes à medida que atores sociais protagonizam suas lutas cotidianas contra a ação instrumentalizada e a precarização da vida.

Em determinados contextos coletivos, mulheres se envolvem em práticas organizativas que desempenham um papel-chave para pensar e fazer o presente de r-existências frente ao capitalismo. Por uma ação consciente, desenvolvem propostas que permitem construir um aparato de cidadania e agroecologia, melhorando as condições sociais de famílias em áreas rurais. Criam caminhos alternativos de territorialidade baseados na experiência social de contrarracionalidade e resistência às formas dominantes de apropriação dos recursos e territórios. O recorte da pesquisa foi estruturado pela memória da luta histórica de resistência das mulheres na Comunidade de Bonsucesso (Figura 1), no município de Poço Redondo, Sergipe, Brasil focando em estudar as estratégias atuais produzidas por movimentos sociais na região hidrográfica do Baixo São Francisco como forma de visibilizar as r-existências em territórios hidrossociais.

Figura 1: Localização da Comunidade Bonsucesso - Poço Redondo/SE - Brasil



Organização: JESUS, R. S., 2022. Elaboração: NEVES SANTOS, P. H., 2022.

O impacto das múltiplas opressões do cotidiano na vida das pessoas que vivem em territórios hidrossociais se mostra de diversas formas, como as políticas propagadas pelo uso de agrotóxico, a plantação de monocultivos pelas agroindústrias, as instalações de mineradoras ao longo da bacia hidrográfica, a falta de água potável, as privatizações, as irregularidades na vazão do rio, a transposição, entre outras. São conflitos hidroterritoriais que no dia a dia atingem camponeses e camponesas afetados diretamente pela acumulação do capital. Ao mesmo tempo, resistem para continuar reproduzindo seus modos de vida e sua história, baseando-se em estratégias de poder. Portanto, buscou-se reunir informações com o propósito de compreender o seguinte: de que forma as r-existências em território hidrossocial auxiliam para a contrarracionalidade em seu modelo de articulação política?

Tais práticas sociais, denominadas por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2021) de r-existências, fazem frente ao avanço econômico, pois estabelecem estratégias de lutas no território que criam e recriam o espaço vivido. O autor deixa claro que são

novas formas de estar-no-mundo fundamentais para a produção e reprodução de espaços e contraespaços.

Apresentar as r-existências em território hidrossocial visa a contribuir para a visibilidade das resistências sociais. Isso porque entender a realidade, de como as opressões se estabelecem no território, e suas contrarracionalidade, pode auxiliar na construção de modelos de articulação política de grupos historicamente subalternizados. Um dos passos realizados foi descrever as racionalidades no contexto estudado para compreender as configurações hidrossociais. Depois passamos à etapa de examinar o território hidrossocial, e o terceiro objetivo da pesquisa foi identificar a relação com o corpo-território e a contrarracionalidade.

Diante da apropriação do valor da água e sua progressiva mercantilização no atual modelo moderno predatório de herança colonial, cujas trágicas consequências são acentuadas nas desigualdades sociais, nas injustiças socioambientais e no racismo ambiental, visibilizar as ações através de movimentos sociais nos leva ao entendimento das atuais disputas do território, evidenciando os conflitos da luta pela água, pode-se dizer que esta está acompanhada da luta pela terra. Para tanto, as r-existências em territórios hidrossociais abrem outros horizontes como possibilidades de transformação capazes de oferecer um contraponto ou contrarracionalidades. Sendo assim, revestem-se de particular importância na defesa pela dignidade, pela vida, pelo território.

A trajetória metodológica traçou o estudo de caso como estratégia de pesquisa. Com enfoque em acontecimentos contemporâneos, baseou-se em entrevistas focalizadas como fonte principal de evidência, envolvendo a atuação de sujeitos em movimentos sociais, as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano, sua visão do que precisa ser feito para melhorar e o sentido e significado do rio em suas vidas. Foi necessário usar ata de reunião e vídeos como outras fontes de evidências para assim garantir a validade do constructo por fontes múltiplas.

Nossa delimitação foca em mulheres de movimentos sociais, os sujeitos com os quais trabalhamos. O objeto de pesquisa são os territórios hidrossociais criados pelas relações de poder a partir do processo de racionalidade/contrarracionalidade. O recorte da pesquisa, que culminou na escolha da Comunidade Bonsucesso no município de Poço Redondo/SE, se deu pela compreensão do processo histórico de

resistência, considerando o fenômeno “cangaço”¹ como símbolo dos grupos historicamente subalternizados na região Nordeste do país. Lampião, líder do “cangaço”, junto com Maria Bonita, até hoje são lembrados pelo reconhecimento de coragem e bravura pelo enfrentamento à expropriação das terras sertanejas pelos fazendeiros e “coronéis” no município. O líder estabelecia diversas alianças políticas e era chamado de Lampião porque costumava dizer que, ao lutar contra seus inimigos, sua espingarda não deixava de ter clarão “tal qual o lampião”.

O método hermenêutico de análise adotado valoriza o caráter linguístico da expressão, segundo Gadamer (1999), e não gera um segundo sentido além do que foi compreendido e interpretado. A análise do fenômeno hermenêutico requer um esforço do conceito, já que o investigador deixa de lado os próprios conceitos e pensa unicamente naquilo que se propõe a compreender. Com base nas informações recebidas, foram realizadas análises interpretativas no software Atlas.ti, contribuindo com o desafio de prover qualidade e credibilidade aos estudos de abordagem qualitativa.

Assim, a pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva, e podemos caracterizá-la de acordo com seus desafios em três fases: a exploratória, visto que relacionamos os territórios hidrossociais às r-existências; a segunda pode ser caracterizada pela descrição a partir de interpretação com base nas teorias já existentes; e a terceira foi explicativa, numa tentativa de explicar o fenômeno.

No transbordar da pesquisa por caminhos tortuosos diante das leituras e discussões, além do contato com os sujeitos da pesquisa, o trabalho foi ganhando dimensão, estando estruturado em cinco capítulos, como descrito a seguir.

No capítulo 1, intitulado “Introdução”, trazemos um panorama geral sobre o tema, nossos objetivos e a metodologia utilizada. No capítulo 2, encontramos a “Revisão de literatura”, a qual está dividida em cinco subcapítulos. No subcapítulo 2.1,

¹ O “cangaço”, aqui citado como se refere Mirtes Rose Menezes da Conceição acerca das narrativas da identidade sertaneja em sua Tese de doutorado: *Nem o mandacaru nem o chapéu de couro: análises das multiterritorialidades da identidade cultural sertaneja no semiárido de Sergipe*, a saber: “As narrativas sobre identidade sertaneja refletem duas dimensões, uma geográfica e outra simbólica, imagética, de representações. Narrativas estas que configuram a materialidade da identidade aos modos de vida, à cultura e que em dado momento traz rotulações e estigmatizações, desconsiderando às dinâmicas culturais, limitando e as fixando nos sujeitos, ditos sertanejos.” (CONCEIÇÃO, 2021, p. 144). A autora descreve múltiplas identidades sertanejas, desde a definida a partir da resistência do imaginário social trazido em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, até outras infinitudes de interpretação.

“Visão sobre o espaço geográfico”, discorremos sobre a compreensão da totalidade e as categorias de análise espacial. Evidenciamos a importância da categoria território, imprescindível para examinar as relações do território hidrossocial. Para uma melhor reflexão nesse subcapítulo, utilizamos Haesbaert (2004, 2021a, 2021b) e Santos (2017). No subcapítulo 2.2, “Território e corpo-território”, nos aprofundamos ainda mais na conceituação do território e abordamos a visão relacional do “corpo” e do território a partir de um olhar decolonial em seu primado da defesa da vida contra todas as formas opressivas e desumanizantes da colonialidade. Abordamos o corpo como condição indissociável do território e como os movimentos sociais percebem essa relação como condição de vida e de resistência em suas práticas de luta. Destacamos a Marcha das Margaridas realizada em 2019 quando reconhecem a água como “nosso corpo”, “nosso território”, “nossa vida” (MORAIS; CONTAG, 2019). Para nos ajudar nessa reflexão, utilizamos as seguintes referências: Quijano (2005), Porto-Gonçalves (2009) e Haesbaert (2020). Em “Racionalidade/contrarracionalidade”, subcapítulo 2.3, abordamos a racionalidade de maneira dialética, que diz respeito às contradições internas no próprio processo de racionalidade, bem como o tensionamento dialético entre racionalidade e contrarracionalidade, levando em consideração os próprios antagonismos existentes na razão da história. Ressaltamos o Fórum Alternativo Mundial da Água, que é uma frente de resistência mundial sobre o tema. Para embasar as reflexões, utilizamos Santos (2017). No subcapítulo 2.4, “Configurações Hidrossociais”, buscamos compreender a água como um elemento não apenas físico, mas também social. Refletimos sobre o processo de apropriação predatória da matéria-prima e como a água se transforma em mercadoria. Para essa reflexão, trazemos o debate contemporâneo da ecologia política, pelo qual se reconhecem a materialidade da água e as relações de poder nela inseridas. Para nos ajudar nessa reflexão, utilizamos como referências Bakker (2003) e Moore (2020). Para entender a relação das configurações hidrossociais no território, trabalhamos, no tópico 2.4.1, os “Territórios hidrossociais”, na ideia oposta da água como recurso. Essa perspectiva nos ajuda a compreender que os processos de circulação hidrossocial se articulam com os mecanismos do mercado, uma estratégia de expansão do capital em nosso sistema mundo moderno-colonial, quando grandes grupos econômicos criam formas de lucrar em contraposição à reprodução da vida, razão pela qual o

componente político afeta o fluxo da água. Para nos ajudar nas discussões acerca desse assunto, utilizamos estas referências: Bakker (2010), Pérez (2016) e Swyngedouw (2019). Já no subcapítulo 2.5, intitulado “R-existências: a terceira margem do rio”, debruçamo-nos em linhas gerais sobre o sentido da existência em sua fase de resistência e sinalizamos algumas opressões que se relacionam com a água em possível análise espacial. Para nos ajudar nessa reflexão, utilizamos como referências Scott, De Menezes e Guerra (2002), Haesbaert (2004) e Porto-Gonçalves (2009, 2021). Por sua vez, no capítulo 3, “Metodologia de pesquisa”, apresentamos o método em que se assenta o estudo realizado. Esse capítulo detalha o caminho metodológico que trilhamos e todos os procedimentos, método e casuística adotados até chegarmos aos resultados obtidos. No capítulo 4, intitulado “Pelos Meandros do Cotidiano – Análise dos Resultados”, apresentamos o resultado da pesquisa em seus diversos itens que compõem as r-existências em territórios hidrossociais. Por fim, o último capítulo, “Considerações finais”, seria nosso deságue ao mar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Peço licença mãe terra
Às águas do OPARÁ
À minha ancestralidade
E ao povo deste lugar
Pego caneta e papel
Para em versos de cordel
Histórias nossas contar.
Quitéria Gomes

(cordelista da Comunidade de Bonsucesso, Poço Redondo/SE)

2.1 Visão sobre espaço geográfico

O estudo do espaço geográfico como categoria de análise é uma instância social que se impõe. A existência só se realiza dentro desse espaço, integral e diferencial, através das formas sociais. Sob uma perspectiva totalizadora, é, em simultâneo, real-abstrato e concreto-real, uma totalidade em processo buscando totalizar-se. Tal noção participa de uma forma indissociável, solidária e contraditória de um sistema de objetos e ações (SANTOS, 2017).

O sistema de objetos é tudo o que existe na terra que se torna instrumento material da vida, resultado de toda herança histórica e da ação humana que se objetivou. Nos parâmetros de objetificação do modo de produção capitalista, a totalização é reificada em forma de mercadoria. Contudo, as ações resultam de necessidades naturais ou são criadas através das formas sociais que conduzem à criação e ao uso de objetos. Como bem nos assegura Santos (2017, p. 63), o “sistema de objetos e sistemas de ações interagem”. Em todo esse processo permanente de dissolução e recriação, os lugares adquirem novos significados e novos sentidos, conforme a intencionalidade e a racionalidade, em maior ou menor grau, do movimento permanente da sociedade. Portanto, Santos (2017) deixa claro que o conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema ações nos permite trabalhar, a partir de suas características próprias e do tratamento analítico, o

resultado do conjunto das interações da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos.

Assim, a realidade relacional do espaço conduz a uma abordagem materialista dialética quando componentes naturais e sociais do território são interdependentes. Dentro dessa perspectiva, substancialmente sustentada pela premissa metodológica da categoria da totalidade, que recusa a compreensão fragmentária e estática da realidade, tais componentes não podem ser considerados isoladamente. Nesse âmbito, torna-se necessário pensar sobre o conteúdo existencial e o conteúdo geográfico do cotidiano, pois não existe realidade empírica e filosófica desprovida de existência. Graças ao grande número e à diversidade de objetos e ações, o espaço ganhou novos sentidos, profundidade e espessura.

Não menos importante do que essa consideração, entretanto, é compreender a multiescalaridade do território. De acordo com Raffestin (1993), refere-se a compreender que o espaço possui múltiplas escalas de poder. No dizer do autor em tela, convergente com a opinião de Milton Santos (2017), o espaço é dotado de intencionalidade. Isso porque o espaço antecede o território, uma vez que alguém o ocupou, apoderou-se dele para ter poder necessário para o controle das redes, assim como dos recursos presentes no território. Os recursos, enquanto elementos presentes no território, seus usos e transformações são como instrumentos de poder e arma política (RAFFESTIN, 1993). Logo, são resultado da ação humana. Sendo assim, todos os recursos são humanos. Todo recurso é produto de uma relação. Nesse sentido, aproxima-se da concepção foucaultiana de que o poder não é unidimensional.

Do ponto de vista do autor Raffestin (1993), a concepção de poder centralizado e hierarquizado pelo Estado nega o poder do povo. Portanto, não existe política somente do Estado; o poder político está em toda ação, em toda forma de organização, em que a organização territorial é dependente do modo de produção. Assim, pode-se dizer que a intencionalidade para os usos dos recursos naturais para atender às necessidades atuais apoia-se na lógica de mercado.

Para Haesbaert (2004), o território é um dos principais conceitos para se refletir acerca da problemática da sociedade e do espaço, sendo que o território não se restringe ao poder centralizado e hegemônico na figura estatal e/ou empresarial. Todavia, seria um erro considerá-lo como estritamente natural ou unicamente político-

econômico. Diante disso, o autor deixa claro que o território só poderia ser concebido por diferentes dimensões sociais correspondentes às múltiplas relações de poder.

Infere-se que as relações de poder se manifestam nas ações dos mais diversos agentes sociais, e não mais apenas como produto da ação estatal. Nesse contexto, fica claro o atributo do poder que vem sendo protagonizado por mulheres nas práticas de resistências cotidianas à dominação. Conforme considerado pelo autor em seus trabalhos, território também “envolve todas as dinâmicas de r-existência moldadas pelos grupos subalternos.” (HAESBAERT, 2021, p. 237). Comportando uma parcela de emoção, significa o território com a conotação de abrigo em razão de haver vários conceitos cunhados com essa perceptiva epistêmica no debate contemporâneo.

Ora, em tese, significa propor o território ligado à esfera do vivido, das práticas sociais. Não se trata apenas de suscitar o valor de troca, mas também o valor simbólico. Contudo, é importante considerar e dar relevância às evidências do território usado, seja na condição da existência humana, seja neste caso em determinadas condições técnicas e sociais que determinam as especializações territoriais. É importante considerar, por exemplo, o território usado como espaço geográfico historicizado.

De acordo com Haesbaert (2021, p. 44-45):

Em verdade, o espaço geográfico partindo de uma posição relacional, implica, como indicava Milton Santos, tanto o universo dos objetos como dos sujeitos e suas ações, tanto na dimensão dos elementos (aparentemente) fixos como móveis, tanto a dimensão material como a dimensão imaterial. Na expressão de Henri Lefebvre, “o conceito de espaço denota e conota todos os espaços possíveis, abstrato ou ‘reais’, mentais e sociais. Entre outros, contém estes dois aspectos: o espaço de representação e a representação do espaço” (1986:345; tradução livre do autor). Neste sentido, todo espaço geográfico é também ação, movimento e representação simbólica. (Tradução nossa).

O autor esclarece, na citação anterior, que a leitura relacional do espaço possui múltiplas interconexões, assumindo característica mutável, fluida e dinâmica, em distintas dimensões, sempre em construção de novas relações, articulações e conexões. Esse é o motivo pelo qual não se pode separar do tempo, visto que o espaço é condição de existência dessas relações no próprio tempo.

Por todas essas razões, ressalta-se a totalidade não como a soma das partes, senão o resultado do movimento da soma das partes². Portanto, para examinar as relações do particular-universal e do geral-singular, se torna imprescindível revisitar as relações de opressões sistemáticas, como também a vivência do espaço e sua identificação com ele. Significa, no sentido aqui proposto, identificar as especificidades das opressões particulares e compreender sua interconexão com outras opressões, visibilizando as r-existências das mulheres em territórios hidrossociais a partir de suas lógicas próprias de recriação do ser/fazer/saber a vida.

2.2 Território e corpo-território

A relação corpo-território pode ser compreendida como o movimento relacional do corpo e do território mediado pelas relações sociais, além de ser o espaço geográfico produzido pela especialidade/especialização do corpo. (HAESBAERT, 2020). Nesse sentido, significa considerar o corpo como campo político, não neutro e universal, pois nele também há classe, sexualidade, raça, gênero, geração e outras relações.

Na dinâmica relacional, Haesbaert (2020) explicita seus pressupostos de que o território só pode ser compreendido se entendermos sua territorialidade. Ou seja, pode-se dizer que a territorialidade é condição para a territorialização na constituição de novas territorialidades ou multiterritorialidades radicadas nas distintas relações de poder. Pode-se dizer que o corpo-território é condição para a territorialização.

A articulação entre corpo e território pode ser vista, por exemplo, no documento de plataforma política da Marcha das Mulheres Margaridas 2019 (CONTAG, 2019), quando reconhecem a água como “nosso corpo”, “nosso território”, “nossa existência”. É sinal de que há, enfim, a visão do território como condição de vida e/ou como prolongamento indissociável do nosso corpo. Habita sentido comum para aqueles que vivem onde as relações sociais se realizam, assim como sentimentos, ideias, inteligência, desejo, dor, prazer acontecem.

² Lembrando da determinação negativa de viés hegeliano presente no prefácio de *Fenomenologia do Espírito*: “Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vier-a-ser.” (HEGEL, 1992, p. 23).

Conforme afirma Porto-Gonçalves (2009), o território é uma condição material do espaço geográfico em que vivemos, contudo, a dimensão simbólica deve acompanhar no mesmo grau de importância, sem estar, necessariamente, em uma relação antinômica com o estatuto material. Isso porque as pessoas só se apropriam do material se tem sentido simbólico, atribuindo sua significação. Estabelecendo uma articulação dinâmica entre o material e o simbólico, o autor deixa claro que toda apropriação material também é simbólica.

Pode-se dizer que, ao utilizar o corpo como condição de vida, no sentido material e simbólico, torna-se o mesmo indissociável à nossa condição territorial. Nesse contexto, o território como categoria pressupõe um espaço geográfico apropriado. A justificativa do autor segue na seguinte linha, de que “o processo de apropriação — territorialização — sinaliza identidades — territorialidades — que estão inscritas nos processos.” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 44, tradução livre). Fica claro, assim, que espaços funcionais à sobrevivência física, conforme mencionado pelo autor, estão carregados de simbolismo.

A importância do olhar decolonial para o território é propor que as significações implicam relações de poder. De acordo com Quijano (2005), diante da colonialidade do poder imposto em Abya Yala³, o processo histórico imprime igualmente mudanças na dimensão das relações materiais e intersubjetivas:

Há, claro, uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças da subjetividade ou, melhor dito, da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial. E essas transformações levam à constituição de uma nova subjetividade, não só individual, mas coletiva, de uma nova intersubjetividade. Esse é, portanto, um fenômeno novo que ingressa na história com a América e nesse sentido faz parte da modernidade. (QUIJANO, 2005, p. 113)

A intersubjetividade, que pode ser definida como a interação compartilhada entre indivíduos por meio da consciência e do conhecimento em um espaço, encontra-se no campo simbólico. O autor assevera que a herança do moderno-colonial verificada a partir da América propiciou devastação e genocídio de grupos subalternizados, especialmente povos originários. Esse é o motivo pelo qual tratamos

³ Abya Yala era como antes chamavam os povos originários ao que hoje conhecemos por América Latina.

o território como territórios de r-existência e o corpo como objeto de poder. Nesse sentido, na perspectiva decolonial, é defender a vida contra esse modelo.

Dessa forma, espera-se encontrar o corpo corporificado de resistência, em que as práticas cotidianas produzem corporeidade como exercício de poder. A vantagem dessa abordagem é contribuir positivamente para a “decolonialidade do poder” em sua face de gênero étnico-cultural em defesa da vida/água do Opará⁴ (o que chamamos hoje de rio São Francisco). Portanto, considera a escala espacial do corpo como território primeiro, ampliando a concepção através de sua dimensão simbólica, pois nele existe uma construção identitária.

2.3 Racionalidades/contrarracionalidades

A racionalidade do espaço torna o mercado tirano e o Estado impotente, na medida em que “os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, em que cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado.” (SANTOS, 2017, p. 301). Assim, o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território onde se instalam forças reguladoras da ação dos lugares a partir das ações racionais de interesses globais.

Como bem nos assegura Santos (2017), a racionalização do espaço é um campo de ação instrumental no meio material e necessita de condições materiais, seguidas de ações ditas racionais, para daí constituir-se um espaço racional. Nesse contexto, fica claro que na lógica capitalista os recursos naturais não ficam de fora da regulação e de sua consequente mercantilização.

A água como um elemento central nas disputas dos organismos internacionais é um fato significativo e interessante. Aliás, destaca-se, por exemplo, o Fórum Mundial da Água, que vem implementando um conjunto de regras que servem não como instrumentos de interesses comuns, mas para interesses comuns dos membros dominantes, causando impactos institucionais que eliminam ao máximo os obstáculos à fluidez do processo de privatização da água. Conforme explicado acima, trata-se de o Estado atuar para eliminar obstáculos e facilitar a circulação do dinheiro.

⁴ De acordo com Pacini (2017, p. 14), “Os índios da região o chamavam de OPARÁ (rio-mar), mas foi batizado de São Francisco em homenagem a São Francisco de Assis, pois sua descoberta se deu em 4 de outubro, dia do santo.”

A contrarracionalidade, por exemplo, pode ser vista na organização do Fórum Alternativo Mundial da Água, um espaço político que reúne diversas organizações e movimentos sociais visando a uma resistência mundial sobre o tema – o evento ocorre a cada quatro anos no mesmo período do Fórum Mundial da Água. Questiona, também, a legitimidade dos membros do conselho organizador por falta de independência e representatividade, por eles estarem comprometidos com empresas que pretendem a mercantilização da água. Ademais, denuncia que eles estão ligados a grandes corporações (PORTAL ONDAS BRASIL, 2022). Isso significa um conflito entre os interesses econômicos e o direito fundamental da água e elementar da vida.

A crescente apropriação e mercantilização das águas por grandes empresas que compram terras e fontes ameaça o direito a esse bem universal indispensável à sobrevivência humana. Exemplo disso é o grupo Edson Queiroz, o maior produtor de água mineral do país e segundo do mundo. Multinacionais como Nestlé, Danone, Coca-Cola, Ambev e Pepsico estão comprando mananciais a partir de aquisição de outorgas para uso dos rios e aquíferos. Quanto ao uso político da água, “a tomada de decisão em reorganizar o território tem determinação na dimensão espacial, o dado político, por exemplo, possui um papel motor” (SANTOS, 2012, p. 184). O mais preocupante é que nesse espaço a atuação do Estado é limitada.

É importante ressaltar que grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio, ao setor de bebidas, à mineração e ao saneamento estabelecem a água como propriedade privada, mas, acima disso, essas corporações são parceiras da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial. Conforme explicado anteriormente, desconsidera-se o caráter essencial à vida, por exemplo, a partir da proibição e exclusão do acesso devido à elevação da água como mercadoria em escala internacional. Por outro lado, no lugar da escassez, instalam-se paralelamente contrarracionalidades a partir dessa racionalidade hegemônica.

De acordo com Santos (2017, p. 309):

Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e do ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. [...] Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

O autor esclarece, no trecho citado, que a exclusão dos atores do círculo da racionalidade hegemônica conduz a outras formas de racionalidades, indispensáveis à sua sobrevivência. Esse é o motivo pelo qual se buscam outras formas alternativas diante desse cenário: práticas e saberes, por exemplo, agroecológicos, desenvolvidos por mulheres em seus quintais, enquanto espaços de resistência. Considerando dialeticamente, de acordo com Santos (2017, p. 309), constitui paralelamente essa “contrarracionalidade” a própria realidade existente, evidenciando, assim, tanto os limites como outras formas de racionalidade.

2.4 Configurações hidrossociais

A água, em sua perspectiva relacional, compreende as configurações hidrossociais, que são reflexo das preferências hegemônicas, políticas, sociais e culturais, com os limites sociais e temporais (BAKKER, 2003). Tais práticas são constructos socioambientais resultantes da hibridização natureza e cultura. Assim sendo, os processos históricos de apropriação, controle e distribuição dos espaços hidrossociais em seu distinto estado colocaram a natureza reduzida, externa e controlável no binômio Natureza/Sociedade (MOORE, 2020).

Essa noção expressa a relação multidimensional do ser humano com a água, evidenciando as relações desiguais em distintos contextos socioespaciais. De acordo com Bakker (2003), a ecologia política da água reconhece a materialidade dos recursos hídricos, resultado de relações de poder específicas. É interessante, aliás, considerar o ciclo hidrológico como uma conceituação clássica modernista da epistemologia.

Conforme explicado acima, a água como um recurso dinâmico é apreendida de forma distinta em determinados contextos; ora verificamos sua escassez, ora sua abundância. O fato é que deixa de ser um fenômeno natural para, enfim, ser uma realidade hidrossocial.

Conforme Moore (2020), o capitalismo funciona através da natureza, e a natureza funciona dentro dessa área limitada, o capitalismo, de tal modo que a atividade produtiva transformou o elemento natural água em recurso dotado de valor econômico. No conceito de Natureza barata, segundo o autor, reside a estratégia do capitalismo para a acumulação, a matéria-prima cuja reprodução não é paga pelo

capital. Ainda nessa perspectiva de análise, nas relações sociais históricas e politicamente definidas, se trata de valores de uso produzidos com a produção do valor abaixo do prometido. Segundo Moore (2020, p. 143):

Existem duas dimensões de natureza histórica do capitalismo. A primeira é uma natureza histórica específica do capitalismo como um todo. A segunda é a sucessão de naturezas históricas coproduzidas através da lei do valor. Tal como vemos, essa lei do valor é uma lei da Natureza Barata. É uma relação dinâmica que força os reajustes cíclicos marcados pelo trabalho social abstrato e a natureza social abstrata. (Tradução nossa).

Conforme mencionado pelo autor, “Natureza Barata” demarca a capacidade do capital de se mover de um setor para outro. Pode-se dizer, a partir de inovações técnicas, violências sistemáticas, inovação simbólica e procedimentos para o trabalho barato, no movimento de produção e circulação de mercadorias, essencialmente necessário para o regime capitalista. Evidentemente, sua aplicação analítica pode ser utilizada para compreender as configurações hidrossociais da água.

Ora, em tese, a noção de configurações hidrossociais se conforma, portanto, como proposta analítica aplicada à Ecologia Política da Água numa tentativa de aproximação com maior intensidade crítica ao estudo da territorialidade da água. É importante considerar, por exemplo, que não é apenas pela falta de gestão ou gestão ineficiente, ou até mesmo problemas técnicos. Portanto, conforme explicitado acima, a conflitividade da escassez e a questão da abundância da água estão vinculadas a contextos socioespaciais.

De acordo com Moore (2020, p. 140-141), existem dois momentos auge da capitalização da natureza, a saber:

Um consiste onde a acumulação do capital depende do incremento da composição técnica do capital: do incremento da massa de produção física. Aqui podemos encontrar um corolário à lei geral da acumulação de Marx. À medida que aumenta a composição técnica do capital, também se faz sua composição de valor [...]. O segundo fator depois da capitalização crescente da Natureza é o efeito corrosivo da capitalização e apropriação. A capitalização, que a princípio libera novos fluxos de trabalho/energia não remunerados, vai progressivamente limitando esses fluxos. Dessa corrosão se produz através das reorganizações inter-relacionadas temporais e espaciais do capitalismo em produção primária. Um exemplo-chave é a agricultura capitalista.

Portanto, a natureza consiste em uma condição fundamental para acumulação do capital. Vale ressaltar que a percepção da água pela sociedade pouco modifica a

presença de conflitos cada vez mais crescentes pelo acesso e uso dos “recursos hídricos” nos diversos lugares. Deste modo, a água é um recurso dinâmico fruto de processos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

2.4.1 Territórios hidrossociais

O “território hidrossocial” emerge como uma ideia oposta à concepção da água como recurso ou simples objeto exterior das ações humanas. Um conceito multidimensional que enfatiza a natureza intrínseca aos processos sociais: “Considera a circulação da água como um processo físico e social, como um fluxo socioambiental híbrido que se funde de maneira inseparável da natureza e sociedade” (SWYNGEDOUW apud SWYNGEDOUW, 2019, p. 48, tradução livre).

Para Erik Swyngedouw (2019), os processos de circulação hidrossocial se articulam através dos mecanismos de mercado. É possível verificar, por exemplo, os grandes grupos econômicos lucrando com o “modelo primário exportador neocolonial”⁵ (PÉREZ, 2016), sendo esse mais uma estratégia de expansão do capital, mercantilização da existência, privatização, contraposição de reprodução da vida. Essas dificuldades se instalam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas, adquirindo um espaço conflitivo e de disputa. Pode-se dizer que esse fato está vinculado a diversas escalas temporais e espaciais e a contextos políticos e sociais.

De acordo com Swyngedouw (2019, p. 52):

Em outras palavras, o processo de circulação hidrossocial se articula cada vez mais através do nexo financeiro (Swyngedouw, 2009). É absolutamente necessário analisar como os direitos públicos à água se transformam social, política e economicamente em direitos de propriedade exclusivos, cujo manejo através de mecanismos de mercado [...] e do poder do dinheiro, independentemente das necessidades sociais, humanas ou ecológicas. (Tradução nossa).

⁵ O “modelo primário exportador neocolonial” foi trabalhado na Tese intitulada *R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida*, de Mercedes Solá Pérez. Ela analisa os conflitos em “o que hoje é Suape” (Complexo industrial portuário Suape - Pernambuco) vividos pelos camponeses/as que resultaram em desapropriação de suas terras/seu território. Demonstra as r-existências camponesas com a intensificação das atividades do porto para atender a um determinado modelo de desenvolvimento baseado nas políticas de modernização. Esse modelo imposto à América Latina intensifica a desterritorialização de comunidades rurais e acaba interferindo na escala local (PÉREZ, 2016).

Conforme citado acima, as configurações hidrossociais se alinham, se mobilizam e se definem iterativa e espacialmente por meio de uma rede multiescalar de pessoas, fluxo de água, infraestrutura, dinâmica de ecossistemas, instituições, e cada vez mais pelo nexos financeiro. Por essa razão, o território hidrossocial trata-se inegavelmente de denunciar as inquietudes sociais e ambientais geradas pelo modelo moderno-colonial, como também ressaltar a capacidade de resistir a esse modelo. Essa posição permite expressar as relações desiguais de poder em contextos empíricos espaciais (BAKKER, 2010).

Espera-se, dessa forma, centrar-se na análise desse território hidrossocial, numa pequena amostra do estudo de caso da Comunidade de Bonsucesso no município de Poço Redondo/SE, diante da conduta discriminatória que nega, impede ou cria obstáculos às pessoas para o acesso à água, mostrando uma significativa diversidade de enfoque em sistemas hidrossociais. Configura-se, por tanto, uma proposta de aproximação entre as Ciências Sociais e a Geografia Humana.

2.5 R-existências: a terceira margem do rio

O conceito de r-existência refere-se a uma ação repetida na existência. É sempre uma ação reflexa, significa retomar uma ação anterior em um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2009). Por isso nos interessa essa episteme, pois nos permite dar voz aos invisibilizados, aos grupos subalternos, compreender as repetidas formas de saberes, reconfigurando o território.

Como bem nos assegura Porto-Gonçalves (2009), a r-existência se dá sobre a existência social, reproduz sua vida com seus próprios princípios e recria seus modos de saber/ser/estar/fazer a vida. Ou seja, tais princípios saem dos parâmetros moderno-colonial em termos imateriais, subjetivos e simbólicos de um lugar. Daí a percepção do sentido simbólico de formas de viver.

É possível afirmar que a existência de povos originários em Abya Yala traz conteúdos simbólicos nos territórios. Primeiro porque, conforme explicado acima, os grupos buscam dar sentido à vida através da conformação do território. Logo, torna-se fundamental a nova episteme do chamado pensamento decolonial, pois aproxima as realidades das lutas sociais e, com isso, do território como categoria prática. Então,

é preciso assumir que os movimentos sociais de r-existências partem do princípio da ação, sendo sua atuação nas dimensões material e simbólica do território.

Destacamos, ainda, o papel da identidade na configuração territorial, fundamentada a partir da teoria social pós-colonialista de Quijano (2010). O autor esclarece que a construção das relações de poder se dá a partir de múltiplas formas de classificação social, o que inclui também relações de sexo, etnia e outros traços culturais. Neste trabalho, traços culturais e identitários contribuem para o entendimento dos espaços de resistência.

R-existir na Comunidade de Bonsucesso em Poço Redondo/SE significa a possibilidade de continuar reproduzindo suas vidas com seus próprios princípios no Baixo do rio São Francisco, diante da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005). Essa situação toda é ainda pior porque não apenas resistem diante de um conflito, conforme explica o autor Porto-Gonçalves (2021). A partir da necessidade de criar e recriar seus modos de vida apesar da ausência de água potável, a comunidade r-existe no seu dia a dia. A justificativa do autor segue na linha da episteme pós-colonial sob o viés da contrarracionalidade, fato já explicado inúmeras vezes por outros autores. Então, na visão desses estudiosos, a atuação dos movimentos sociais tem uma base territorial, participando com seus anseios, discutindo a escassez e criando alternativas.

Conforme já explicado, as identidades sociais apresentam relações de poder que estabelecem historicamente hierarquias nas relações de dominação, por exemplo, as identidades de gênero e raça nos espaços de gestão de recursos hídricos são praticamente raras ou inexistentes. Isso significa a necessidade de mudança radical no atual modelo de governança dos espaços hidrossociais, ou seja, faz-se urgente reconhecer as outras formas de reproduzir a vida.

De acordo com Quijano (2005, p. 125), as determinações capitalistas nas relações de dominação perpetuam a colonialidade do poder, do saber, do ser. Nesse sentido:

Com efeito, as novas práticas sociais implicadas no padrão de poder mundial, capitalista, a concentração do capital e dos assalariados, o novo mercado de capital, tudo isso associado à nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história, à centralidade da questão da mudança histórica nessa perspectiva, como experiência e como idéia, requerem, necessariamente, a dessacralização das hierarquias e das autoridades, tanto na dimensão material das relações sociais como em sua intersubjetividade; a dessacralização, a mudança ou o desmantelamento das correspondentes estruturas e instituições.

Nesse trecho, o autor explicita que para sair dos parâmetros coloniais mudanças são requeridas. Conforme as palavras de Quijano (2005), a única forma de resolver esse problema é com a dessacralização, a mudança ou o desmantelamento das correspondentes estruturas e instituições. Espera-se, portanto, a r-existência como enfrentamento que molda os espaços de negociação e as práticas de formação e participação, questão, a propósito, radicada na dimensão de conflito de interesses sociais, portanto:

As determinações capitalistas, contudo, exigiam também, e no mesmo movimento histórico, que esses processos sociais, materiais e intersubjetivos não tivesse lugar exceto dentro das relações sociais de exploração e de dominação. Conseqüentemente, como um campo de conflitos pela orientação, isto é, os fins, os meios e os limites desses processos. (QUIJANO, 2005, p. 125).

A partir da análise sustentada nesse trecho, é possível afirmar que os controladores do poder, do capital e do mercado são os que definem o fim, o meio e os limites do processo, assim como limitam a possibilidade de igualdade dos agentes. O mais importante, contudo, é constatar que a r-existência não se dá somente na participação nos espaços de gestão, mas na reprodução da vida no território, no sentido da existência simbólica. A questão central que nos interessa aqui, em consequência à r-existência, é a do campo de conflito a cada mudança da dimensão material das relações sociais, pois o mesmo ocorre na dimensão simbólica.

Segundo Porto-Gonçalves (2009), a força da r-existência dos grupos subalternos resiste para defender a própria existência. Sob a perspectiva decolonial, trata-se de lutar contra o processo da “colonialidade do poder”, (QUIJANO, 2000), contra todo tipo de opressão, dominação e/ou expropriação. Sob essa ótica, significa restringir a capacidade de “colonizar” às mais diversas formas de saber e de ser (camponesa, pescadora, quilombolas, sertaneja, indígena, ribeirinha, agricultora familiares, entre outras). Pode-se dizer, afinal, que o lugar de r-existência do subalterno são estratégias necessárias à valorização da vida. A vontade de viver significa ter condição de vida, com água, segurança alimentar, com a própria cultura, religião, suas decisões na comunidade. Na mesma linha, Haesbaert elabora sobre a concepção de “territórios de vida” (humana e não-humana) sendo a condição da própria existência do grupo. Segundo o autor, “Dos movimentos sociais urbanos aos dos povos originários, invoca-se o território não como simples espaço ‘sob controle’,

de 'segurança física', mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica." (HAESBAERT, 2021a, p. 139).

Por fim, podemos chegar à conclusão de que as resistências sociais ocorrem nas formas de os grupos recriarem sua existência permitindo novos significados ao território. Esta proposta de trabalho é uma das opções de estudo do território como locus de ação e relações socioespaciais, uma vez que as r-existências atuam como elemento integrador da territorialidade.

2.5.1 Tipos de R-existências

Existir em territórios precarizados, sem acesso à água, é r-existir. Resistir é a única alternativa para reproduzir suas vidas, é um exercício espacial do poder. Constitui, assim, um território de resistência em práticas cotidianas de grupos subalternizados historicamente para escapar da "precarização territorial" (HAESBAERT, 2004). Trilham cominhos alternativos na tentativa de ser/saber/fazer/estar o dia a dia, resignificando a própria existência, também no âmbito cultural, desde um lugar próprio no território.

Como bem nos assegura Porto-Gonçalves (2009), mais do que existir, é R-existir. Trata-se, inegavelmente, de recriação da existência diante do avanço do capitalismo, racismo, patriarcado e machismo. Nesse contexto, denota-se o caráter de resistência ao modelo moderno-colonial com a crescente mercantilização do bem comum (água/terra), a financeirização da natureza, a privatização dos serviços públicos, a despossessão dos territórios e a mundialização do capital. Em todo esse processo de r-existência, tecem outras racionalidades ou contraracionalidades em reinventar sua diferença após mais de cinco séculos de colonialidade.

Na visão de Scott, De Menezes e Guerra (2002), as resistências podem ser cotidianas ou públicas; essa última refere-se às ações de greves, protestos, organizações institucionais, rebeliões, ação contra o Estado. Todavia, não desconsiderando a importância dessas lutas, existem e é impossível pensar justiça socioterritorial, por exemplo, sem considerar os impactos das injustiças sobre a vida das mulheres, nas "formas cotidianas de resistência" que estão na luta pela vida na "dureza do cotidiano". Por essas serem mais fragmentadas e difusas, caracterizam-se por formas silenciosas e anônimas de luta de classes. Tais formas de luta, a r-existência cotidiana, pode ser a única opção possível para muitas mulheres.

A precarização da vida material no território, contudo, nem sempre se conjuga com a perda dos referenciais simbólico-territoriais, podendo até estimular o processo inverso, pois elementos culturais-identitários podem ser fortalecidos a partir da referência a essa condição materialmente precária.

Vê-se, pois, que essa realidade de espaços de profunda exclusão ou inclusão precária deve tomar forma na luta pela base material e cultural a partir de códigos historicamente localizados. A vantagem dessa abordagem nesse quadro remete ao simbólico e territorial. Por fim, podemos chegar à conclusão de que a resistência é reinventar suas referências. Espera-se, dessa forma, evidenciar a composição múltipla do ser humano no exercício de sua r-existência cotidiana espacial e temporal.

2.5.1.1 Interseccionalidade, gênero e água na análise espacial

A interseccionalidade é um conceito das Ciências Sociais para se referir à interseção dos diferentes marcadores sociais de desigualdades, uma sensibilidade analítica em perceber que o racismo, o capitalismo e o patriarcado existem juntos. Para tanto, a importância dessa ferramenta conceitual de episteme está em compreender a inseparabilidade do racismo estrutural das diversas opressões da sociedade, isso “porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros” (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Trata-se de um método de caráter combativo com ênfase na mulher negra, posto pelo feminismo negro (CRENSHAW, 2012), a qual ele diz ser atingida por uma forma de opressão específica e sobreposta, uma por ser mulher e outra por ser negra. Contrariam-se, por exemplo, abordagens de caráter homogêneo do machismo e do racismo, visto que em mulheres negras são a soma das desigualdades do resultado da interseccionalidade de opressão.

De acordo com Akotirene (2019, p. 23):

De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. Ora, ora o androcentrismo da ciência moderna imputou às fêmeas o lugar social das mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos caracterizados de não humanos, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico.

Pode-se dizer que a interseccionalidade surge para desvelar as estruturas de poder que oprimem especificamente uma parcela da sociedade, conforme citado anteriormente, as que experienciam dupla discriminação. Trata-se inegavelmente de enegrecer o feminismo por ter uma memória cultural ancestral (CARNEIRO, 2005). É preciso, porém, ir mais além, aludir à interdependência das relações sociais de raça, gênero e classe, na base da construção do modelo moderno-colonial brasileiro, em que pese se desenvolver um racismo estrutural (SOUZA, 2021).

Espera-se, dessa forma, evidenciar a composição múltipla do ser humano no exercício de sua r-existência cotidiana espacial e temporal. Portanto, essa é uma abordagem indicada como instrumento teórico-metodológico pertinente a “pluriversalidades do saber geográfico” (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014), voltada ao estudo de identidades e espacialidades complexas. Assim sendo, demonstra potencialidade para a reflexão sobre a água e as diversas estruturas de poder. É preciso, contudo, ressaltar que os movimentos de r-existência atuam na contrarracionalidade desse processo.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com Santos, Souza e Dias (2013), pesquisa é uma série de procedimentos sistemáticos e formais que, por meio de pensamento reflexivo e crítico, parte de uma interrogação cujo propósito é buscar respostas sobre um problema. Com planejamento e o emprego de procedimentos científicos, se realizam uma série de coleta de dados e sua interpretação. O presente estudo interage com a pesquisa de natureza básica, exploratória, descritiva de análise interpretativa.

A pesquisa básica “busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas” (GIL, 2008, p. 26). Devido aos fins para ampliar o conhecimento de uma área, essa pesquisa se enquadra na natureza básica.

As pesquisas exploratórias buscam proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fato. São realizadas especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado. No que lhes concerne, proporcionam maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele, ao passo que as pesquisas descritivas propõem estudar aspectos de um determinado grupo. Recorrem a mapas e gráficos para visualização analítica dos dados (SOUZA; SANTOS; DIAS, 2013).

Para melhor exploração desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória e descritiva devido ao fato do uso de levantamento documental e por expor as características de uma determinada população para descrever todo o processo. A pesquisa foi desenvolvida e classificada de modo que fosse possível atingir o objetivo da pesquisa de forma mais eficiente.

Os pesquisadores e pesquisadoras qualitativos reconhecem a existência da relação dinâmica entre mundo real, sujeito e objeto e de uma postura interpretativa que constitui um campo de conflito e tensões. Contudo, qualidade sinaliza sua busca por profundidade e plenitude, designa aquilo que é mais importante e determinante (ALVES et al., 2013).

Devido à observação e interpretação, conforme citado acima, esta pesquisa teve como abordagem, essencialmente, a qualitativa para tratamento de dados. O método de análise escolhido foi o interpretativista crítico na análise de discurso e conteúdo. Ademais, tem-se a hermenêutica como raciocínio base para descrever as r-existências cotidianas em territórios hidrossociais.

Visando a obtenção de dados, as entrevistas são uma forma de interação social, com diálogo assimétrico, visto que uma das partes coletará dados e a outra é a fonte de informação (GIL, 2008).

O uso de entrevistas como procedimento de coleta de dados se deu pela busca de uma relação fluida e pela permanente interação com o sujeito de pesquisa. O uso de vídeo e ata de reunião, obtidos de maneira indireta, foram para a obtenção de triangulação dos instrumentos coletados. Conforme Yin (2001), por sua vez, o estudo de caso não pode ser estudado fora do contexto. Ele tem como uma das fontes mais importantes as entrevistas. Através de interpretação própria do investigador, utiliza as opiniões expressa do entrevistado.

A coleta de dados da entrevista não estruturada (Apêndice A) foi efetuada por envios de áudios de forma síncrona e assíncrona através de aplicativo de comunicação. Elaborou-se a transcrição com adequação da linguagem para facilitar a leitura, sem comprometer a veracidade da fala das entrevistadas. As participantes foram identificadas com letras para manter o sigilo de sua identidade. Os dados captados foram tabulados para análise crítica, de modo a ter melhor apreciação. Foram utilizados, também, registros episódicos e privados coletados de maneira indireta para análise de conteúdo a fim de proporcionar quantidade e qualidade suficiente para contribuir com a investigação de um determinado fenômeno (Apêndice B).

Por se tratar de uma situação específica procurando encontrar as características e o que há de essencial nela, notou-se ser bastante adequado o estudo de caso para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, fazem, sentem, esperam, desejam...

De acordo com Souza, Santos e Dias (2013, p. 84):

Os dados poderão ser coletados de fontes primárias e secundárias. Os secundários referem-se à análise de documentos já existentes na organização (como regulamentos, normas, manuais e outros.) [...]. Os dados primários referem-se à coleta por meio de instrumentos (observação, questionários, entrevistas, formulários) aplicados à amostra.

Para realização da pesquisa, utilizaram-se fontes primárias, com o estudo primeiro das entrevistas, e também fontes secundárias, devido à pesquisa e coleta de informações sobre o estudo de caso.

Yin (2001, p. 131) alerta sobre a necessidade de uma estratégia analítica que estabeleça prioridades na pesquisa do que se deve ser analisado e por quê. Consiste em examinar, categorizar, classificar, e, nesse sentido, foi elaborado um esquema metodológico de investigação (Quadro 1).

Quadro 1: Esquema da metodologia de investigação (2022)

TÉCNICA	MATERIAL	UNIDADE DE ANÁLISE	TEORIAS	MÉTODO
Análise de discurso	Entrevistas	Quatro mulheres lideranças E1 E2 E3 E4	GADAMER, 2003); BARDIN (2011)	Hermenêutico (Compreensão e interpretação de textos)
Análise de conteúdo	Vídeo	Um vídeo V1		Análise de conteúdo (pré-análise, codificação e categorização, interpretação)
Frequência textual	Ata	Uma ata de reunião A1		
Matriz de categorias				

Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

Figura 2: Triangulação dos instrumentos de pesquisa



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

O método hermenêutico fundamentado em Gadamer satisfaz à necessidade de “compreensão” dos textos escritos ao permitir conhecer o fenômeno na própria “linguisticidade”. O caráter linguístico da expressão, que nesse caso, a compreensão

ganha a interpretação, não gera um segundo sentido além do que foi compreendido e interpretado (GADAMER, 1999). Esse método indaga sobre os significados das ações e parte de um ponto imaterial a um ponto estruturado por meio do conhecimento científico.

De início, foram contactadas mulheres de movimentos sociais e convidadas a participar da pesquisa. Foram selecionadas quatro mulheres lideranças locais de movimentos sociais distintos para as entrevistas. Corresponde a participação delas nas seguintes organizações: Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), e Conselho Pastoral de Pescadores (CPP). Foram utilizados um vídeo referente à participação do Conselho Pastoral de Pescadores na reunião de planejamento do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe e uma ata de reunião da mesma organização.

Quanto à relação com o território hidrossocial em um determinado contexto de r-existência, na medida em que situamos a cidade de Poço Redondo, Sergipe, no quadro mais amplo da sociedade brasileira, encontramos o contexto da bacia hidrográfica do rio São Francisco, o que significa que o movimento dessas organizações se torna uma ação social marcada no território. Isso atende ao objetivo geral da pesquisa de descrever de que maneira se apresentam as r-existências em territórios hidrossociais. Na prática política, expressa-se a contrarracionalidade.

Para a conclusão deste trabalho, as informações obtidas foram inseridas no software de tratamento de dados qualitativos e interpretadas conforme categorias e subcategorias conceituais previamente definidas. Quanto à amostragem, foi por acessibilidade e/ou por conveniência, totalizando seis transcrições. A pesquisa foi realizada entre 15 de fevereiro de 2022 e 15 de maio de 2022, período de maior contato da investigadora com a população para fins de pesquisa. Contudo, conforme preconiza a relevância deste estudo de construção de modelo de articulação política, não se encerra nos limites de pesquisa.

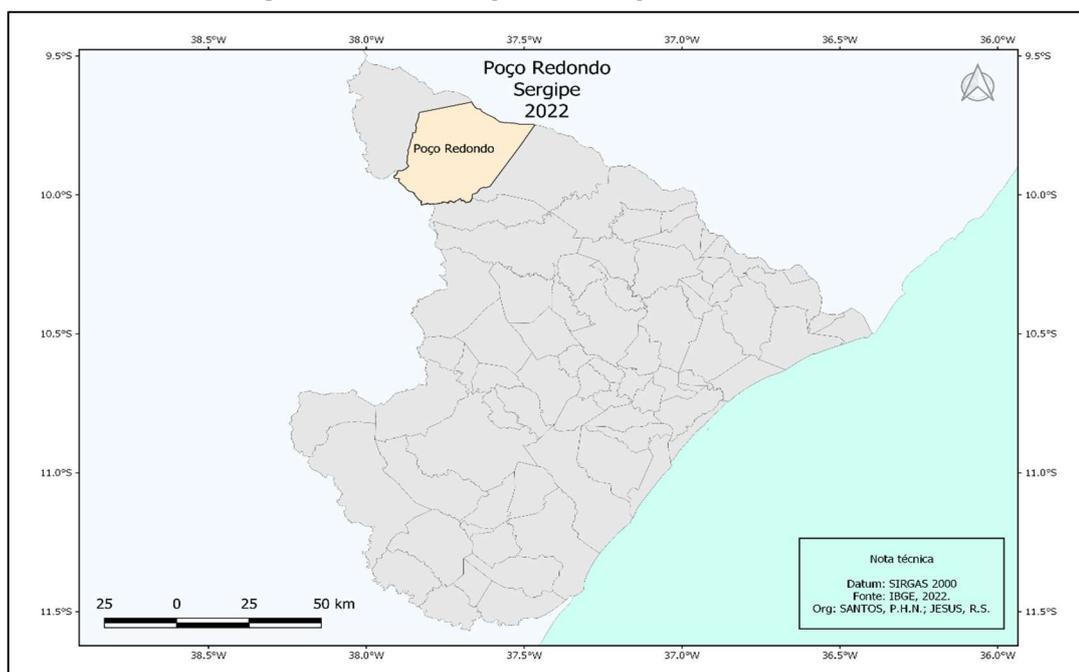
A escolha da abordagem destituída de qualquer rigor estatístico constitui o sentido da perspectiva participante, apesar de ser o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Foram selecionados elementos a que se teve acesso, admitindo que eles possam, de alguma forma, representar o universo estudado. Aplica-se a este estudo exploratório e qualitativo, em que não é requerido elevado nível de precisão (GIL, 2008, p. 94).

De forma geral, o objetivo das perguntas na entrevista era compreender e identificar, entre outros aspectos, como as r-existências se apresentam em territórios hidrossociais; quais são as contrarrazões dos movimentos sociais; qual é o impacto da racionalidade no estudo; examinar as informações do território hidrossocial do município de Poço Redondo. Assim, a entrevista esteve focalizada em recompilar informações consoante as categorias estabelecidas para a investigação para, por fim, através de interpretação hermenêutica, descrever as r-existências.

3.1 Poço Redondo – a realidade simbólica do SER-tão

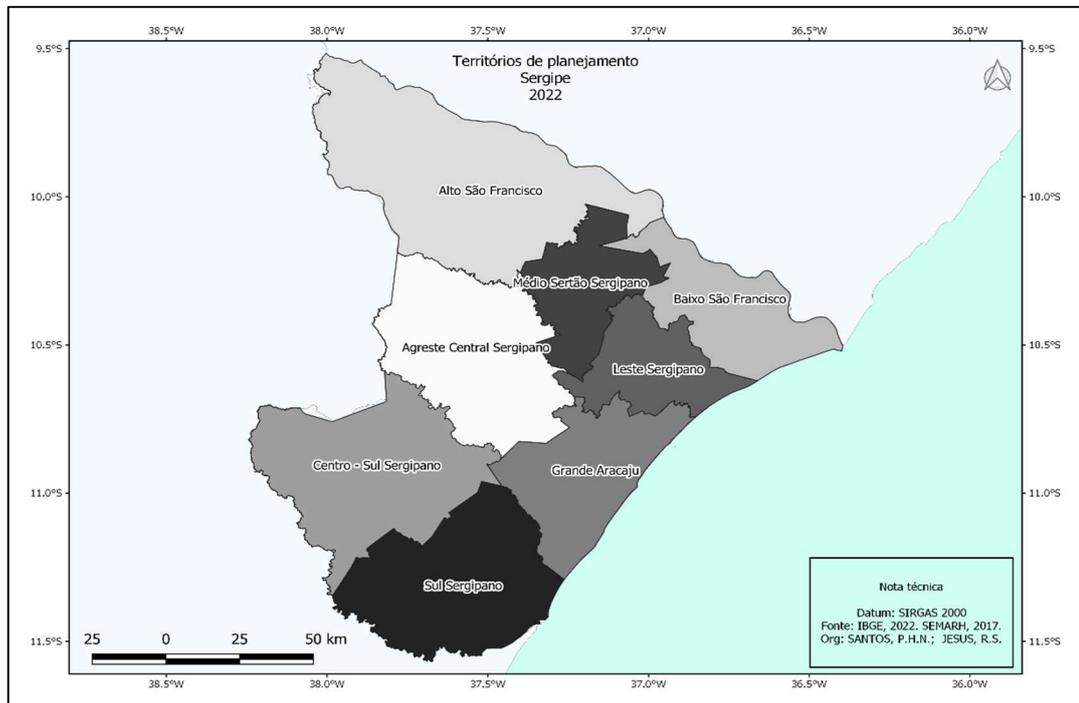
O desenvolvimento da pesquisa se deu no município de Poço Redondo (Figura 3), distante 175 km da capital Aracaju, faz parte do Alto São Francisco (Figura 4), unidade de planejamento territorial estadual criada pelo Decreto nº 24.338, de 20 de abril de 2007. Tem uma população estimada de 35.462 habitantes (IBGE, 2021). Está inserido no bioma caatinga, de clima seco. O local é ideal para situar uma amostra das r-existências em territórios hidrossociais, assim garantindo um resultado mais próximo da realidade da região. Além disso, serve de base para novos estudos posteriormente em outras cidades ou em toda a região hidrográfica do rio São Francisco.

Figura 3: Localização de Poço Redondo/SE



Fonte: IBGE, 2022. Org.: JESUS, R. S., realizado por SANTOS, P. H. N., 2022.

Figura 4: Unidades de planejamento territorial de Sergipe

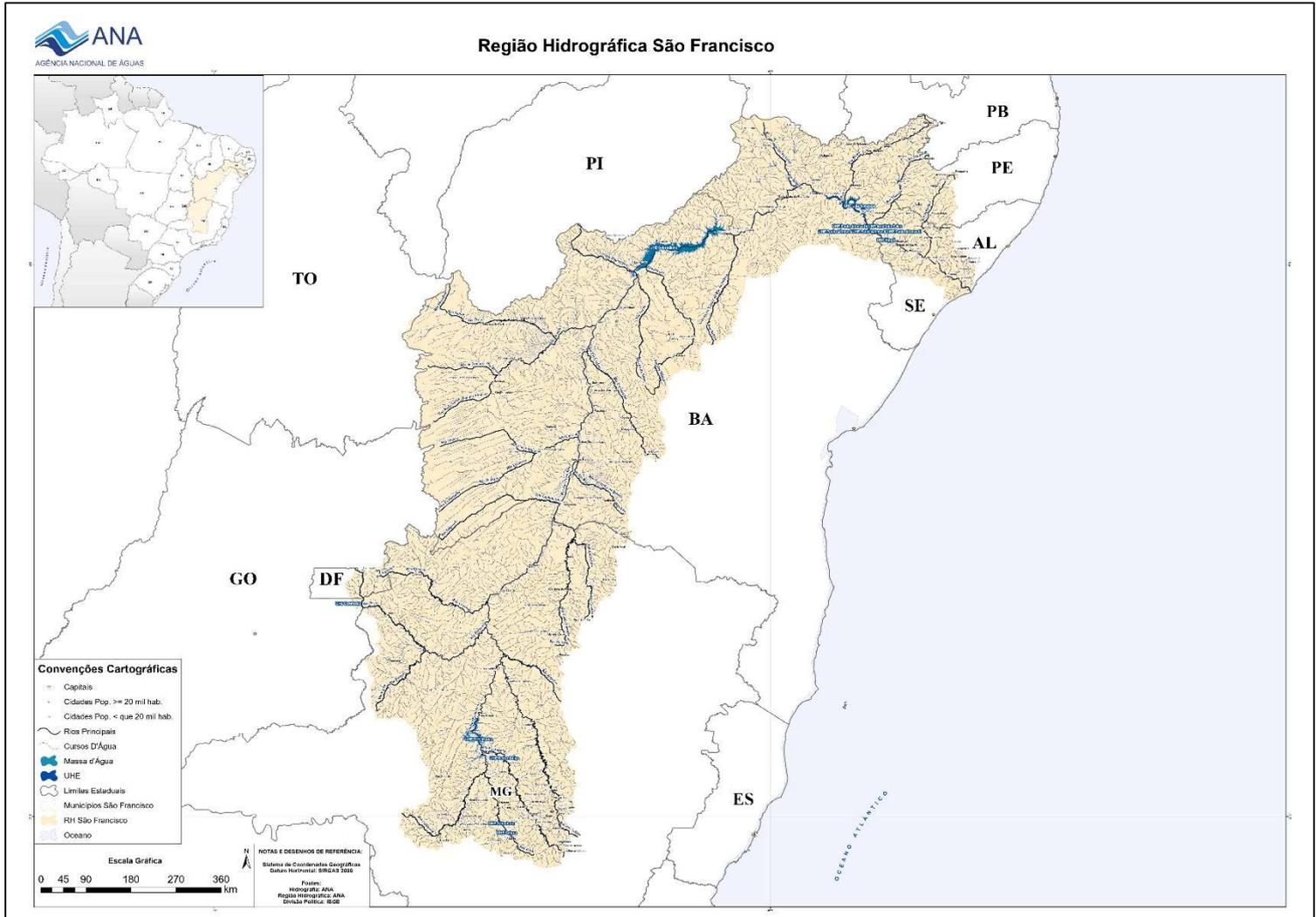


Fonte: IBGE, 2022. Org.: JESUS, R. S., realizado por SANTOS, P. H. N., 2022.

Discutir sobre o território do Alto São Francisco, passa necessariamente por uma reflexão sobre o processo de ocupação do sertão nordestino. Segundo Costa (1997), o processo de ocupação e suas dinâmicas diferenciadas na construção do espaço contribuem para uma melhor compreensão da questão das desigualdades regionais no Brasil e como foram as bases para a fundamentação de políticas públicas.

Com base nas proposições teóricas abordadas anteriormente, o nosso esforço é explicitar o território, tornando secundário o debate sobre “região”, ao passo que se compreende sua importância categórica para o entendimento do espaço geográfico. Optamos por utilizar “região hidrográfica” (Figura 5), como ferramenta político-ideológica, na forma como se apresenta na Agência Nacional de Águas (ANA, 2022), possibilitando atestar o método para maiores testes.

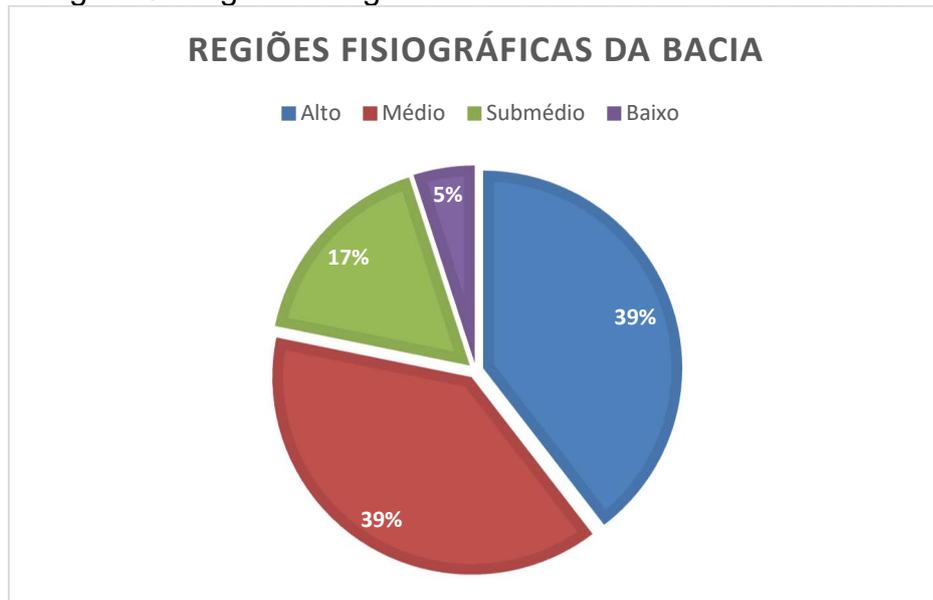
Figura 5: Região Hidrográfica do São Francisco



Fonte: ANA, 2022.

A região hidrográfica do rio São Francisco corresponde a 8% do território nacional, constituindo uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), para fins de estudo e planejamento, a bacia foi dividida em quatro regiões fisiográficas, a saber: Alto São Francisco, Médio São Francisco, Submédio São Francisco e Baixo São Francisco (Figura 6). Por Estados, as regiões fisiográficas englobam: Alto (92,6% Minas Gerais, 5,6% Bahia, 1,2% Goiás, 0,5% Distrito Federal); Médio (100% Bahia); Submédio (59,4% Pernambuco, 39,5% Bahia, 1,1% Alagoas); Baixo (43,9% Alagoas, 23,8% Sergipe, 22,8% Pernambuco, 9,5% Bahia).

Figura 6: Regiões fisiográficas da bacia do rio São Francisco



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022. Fonte: CBH São Francisco, 2022.

O rio São Francisco atravessa 521 municípios com condições naturais as mais diversas e tem nove usinas hidroelétricas que controlam a vazão e a produção de energia elétrica através da Chesf. A Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba(PI), 1 nos Rios Piancó e Aguiar (PB). (CHESF, 2022). A usina de Xingó (Figura 7) está localizada entre os Estados de Alagoas e Sergipe localizada no Baixo São Francisco.

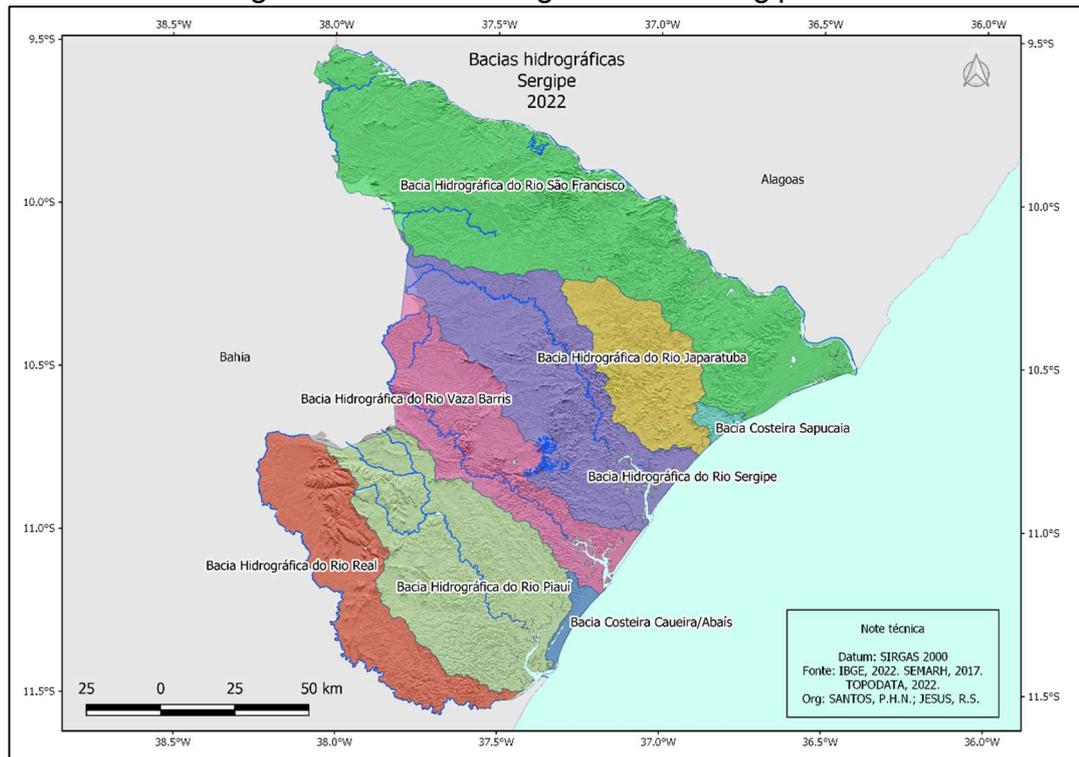
Figura 7: Usina de Xingó



Fonte: Chesf (2022).

Para fins de estudo e planejamento no Estado, a bacia hidrográfica do rio São Francisco compõe uma das oito divisões de unidades de gestão (Figura 8), conforme a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH, 2017). Vale ressaltar que, nesse sentido, à ideia de território deve-se ligar sempre a ideia de poder, estando conectado à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área (ANDRADE, 1995, p. 19).

Figura 8: Bacias hidrográficas de Sergipe

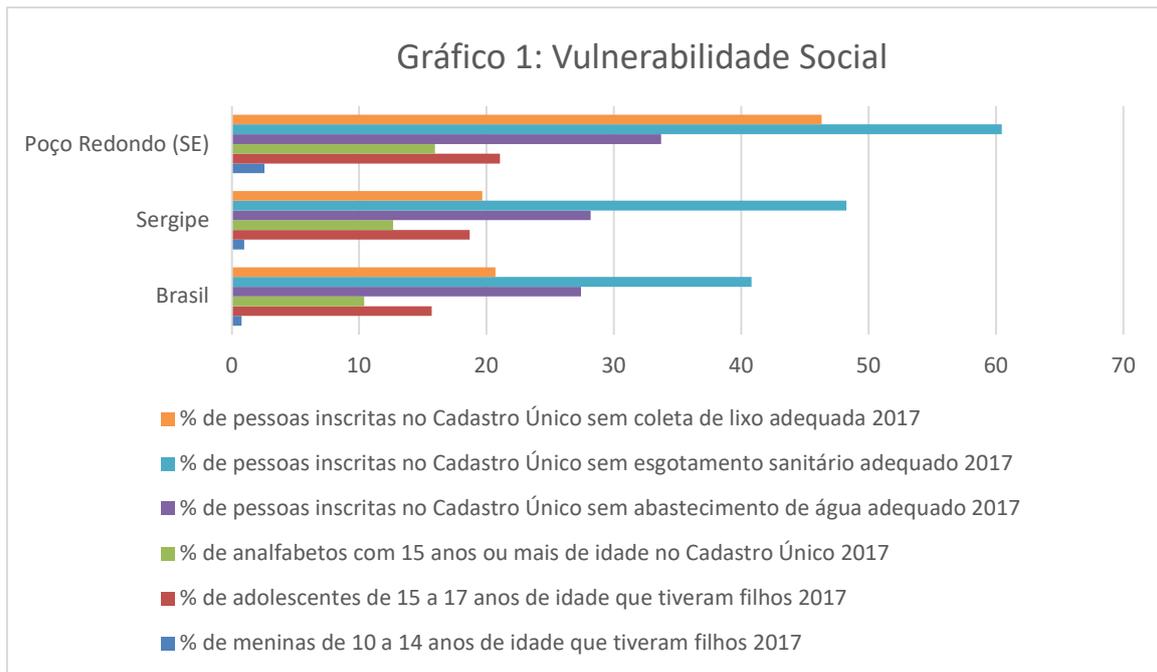


Fonte: IBGE, 2022; SEMARH, 2017. Org.: JESUS, R. S., realizado por SANTOS, P. H. N., 2022.

Para além do uso das categorias geográficas, uma caracterização generalizada de Poço Redondo se faz necessária. Trata-se de uma porção do semiárido brasileiro com histórico de concentração de terras – aqui se entende também concentração de água –, terras em grande parte para uso de irrigação em monoculturas, disputa direta com a usina hidrelétrica, desvio de canais, além de apresentar um elevado índice de vulnerabilidade social (Gráfico 1). São muitos os enfrentamentos experienciados por essa população. Apresenta 48,93% da população sem atendimento à água (SNIS, 2019). Possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado e está na posição 5.402º em relação aos municípios brasileiros (PNUD, 2010), além de apresentar baixa densidade técnica. Tudo isso se insere, através da divisão internacional do trabalho, na lógica do sistema mundo moderno-colonial capitalista.

Para Santos (2017, p. 309), nesses espaços “opacos”, áreas menos modernas ante a racionalidade dominante:

Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõe dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Fontes: Dados do IBGE.

Conforme indica o gráfico, Poço Redondo apresenta índices muito acima das médias de Sergipe e do Brasil. Está acima de 60% não possuir saneamento básico, altos índices de pessoas sem coleta de lixo adequada e sem abastecimento de água. Assim como, muitos analfabetos com mais de 15 anos, muitas adolescentes que tiveram filhos de 15 a 17 anos e meninas entre 10 a 14 anos. Sinaliza uma situação vivida em sua particularidade, mais do que a maioria das pessoas.

Limitamos o estudo a destacar a Comunidade ribeirinha de Bonsucesso (figura 9), conforme explicitamos anteriormente, localizada a 26 km da sede administrativa municipal, com uma cultura rica. O lugarejo é conhecido pelos bordados em pontos de cruz e rendendê (Figura 10). Mantém a pesca artesanal (Figura 11) e atrai muitos visitantes devido ao banho de rio e tradições.

Figura 9: Comunidade ribeirinha de Bonsucesso - Poço Redondo/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Quitéria Gomes, 2022.

Figura 10: Bordados da Comunidade de Bonsucesso – Poço Redondo/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Quitéria Gomes, 2022.

Figura 11: Pesca artesanal na Comunidade de Bonsucesso – Poço Redondo/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Quitéria Gomes, 2022.

Assim, a realização deste estudo teve como sujeitos de pesquisa lideranças mulheres de movimentos sociais. Foram entrevistadas participantes das seguintes organizações: Conselho da Pastoral de Pescadores (CPP), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), conforme já mencionamos. Ao todo, foram relacionadas quatro entrevistas que se tornaram instrumento de pesquisa.

Tendo como base grupos economicamente subalternizados, buscaram-se contatos de mulheres do município de Poço Redondo, via movimentos sociais, redes sociais e agenda pessoal, para realização das entrevistas através de aplicativo de mensagens. Foram selecionadas mulheres em especial com participação sociocultural e política: lideranças, militantes, ativistas, poetisas, pescadoras, bordadeiras.

A escolha por esse grupo traz um duplo caráter, primeiramente se trata de uma 'práxis' pela omissão com relação à memória e à história. Como menciona Pollak (1989) em seus trabalhos sobre memória e organização social, acentua-se a necessidade de adotarmos uma perspectiva que deixe de tratar os fatos sociais como coisas, mas os analisando como eles se tornaram coisas. Segundo uma 'práxis' reestruturante quanto à superação de várias formas de desenvolver a r-existência, como possibilidade de afirmação identitária de resistência enquanto narrativa em

reconstrução da trajetória de atrizes sociais invisibilizadas pela memória porque “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.” (POLLAK, 1989, p. 4).

Contempla-se, assim, uma descrição sumarizada das experiências, das formas de convivência no semiárido, de seu cotidiano e de seus valores. Nesse contexto, poderemos fazer a crítica ao existente danificado das relações coisificadas e mercantis do capitalismo que se tornaram invisíveis pela memória, pela história tradicional e, sobretudo, pela Geografia.

4 PELOS MEANDROS DO COTIDIANO – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi toda realizada a partir de instrumentos virtuais. A busca por contatos das mulheres foi por indicação umas às outras e por buscas de organizações e grupos do município no Instagram e Facebook. Com o aplicativo de comunicação WhatsApp, foram conduzidas as entrevistas não estruturadas, porém focalizadas nas questões relativas à água na bacia do rio São Francisco. Foram reunidos todos os áudios e transcritos. Essas entrevistas foram analisadas com base na ferramenta metodológica apresentada que norteou a pesquisa. Visou-se a discutir a relação entre categorias previamente definidas a partir de uma matriz operativa (Quadro 2) analisadas nas seções 4.1 a 4.13. Mostra-se a temática abordada nas entrevistas, relacionando-as às r-existências em território hidrossocial.

Quadro 2: Matriz operativa (2022)

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO DA CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Contrarracionalidade	Outras formas de racionalidade	Agroecologia Alianças políticas Desenvolvimento artístico e cultural Formação e participação Movimentos sociais Movimentos sociais: Conselho Pastoral dos Pescadores Tecnologias sociais
Corpo-Território	Corpo político, não neutral	Agroecologia Corpo-território decolonial Formação e participação Movimentos sociais Sentido e significado do rio Tecnologias sociais
Território hidrossocial	Espaço físico e social, ambas dimensões simultâneas. Espaço da mercantilização.	Geopolítica da água Informações sobre a bacia Instrumentos de gestão Oferta de água Plano de bacia Privatização
Racionalidade	Força reguladora da ação dos lugares	Agronegócio Conflitos e cotidiano Geopolítica da água Instrumentos de gestão Privatização Território hidrossocial Vazão

Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

A ferramenta Atlas.ti ajudou a interpretar os dados qualitativos em profundidade em nossa investigação a partir de unidades hermenêuticas, já que a interpretação de dados qualitativos é algo complexo e requer muito tempo investido. Com essa ferramenta, portanto, simplificou-se o trabalho. Nas entrevistas, foram utilizadas questões abertas e abrangentes sobre o assunto do objeto de pesquisa, o que nos permitiu realizar o estudo de caso.

Tendo como forma de abordagem a qualitativa e o modo de análise hermenêutico, devido à busca de interpretação de um fenômeno e à construção de unidades hermenêuticas, por dedução, nos foi permitido criar categorias a partir de teorias existentes.

A coleta de dados foi realizada em três etapas: a) planejamento, no qual foram definidas as categorias de análise visando o objetivo de pesquisa; b) condução, que consistiu em executar as entrevistas e sua devida transcrição; c) a etapa de extração de dados, com ajuda do software de análise qualitativo Atlas.ti: nos permitiu construir redes, nuvens de palavras, frequência de verbos e quadros. O Atlas.ti é uma grande ferramenta de trabalho para análise qualitativa de texto, áudios e vídeos. Ele oferece ferramentas para gerenciar, extrair, comparar, explorar e remontar partes significativas de grandes quantidades de dados de maneira criativa, flexível e sistemática (ATLAS.TI SCIENTIFIC SOFTWARE DEVELOPMENT GMBH, 2022).

Realizamos entrevistas com quatro mulheres lideranças de movimentos sociais. Para enriquecer os resultados, foram adicionados um vídeo e uma ata de reunião, a partir dos quais foi feita a triangulação dos instrumentos. Foram criadas 18 subcategorias (Apêndice B) a partir de frases codificadas em torno de uma categoria segundo suas correspondências.

Aqui trabalhamos com 13 subcategorias, deixando outras cinco para futuros trabalhos, são as seguintes: agroecologia, agronegócio, alianças políticas, conflitos e cotidiano, desenvolvimento artístico e cultural, formação e participação, geopolítica da água, instrumentos de gestão, privatização, território hidrossocial, movimentos sociais, sentido e significado do rio, vazão. A seguir, detalha-se a descrição das subcategorias, relacionando-as aos instrumentos que as validam, conforme a Tabela 1 da matriz operativa apresentada.

- Definição das subcategorias

Nesta parte, tratamos da descrição das subcategorias, relacionando-as com citações dos instrumentos coletados: entrevistas, vídeo e ata (Apêndice B).

a) Subcategoria Alianças Políticas

Foi chamado esse código de Alianças políticas porque, segundo Butler (2018), somos corpos precários e necessitamos de condições coletivas para continuar existindo, sendo permitido apostar em alianças políticas entre diferentes pautas como estratégia para reagir à precarização da vida. Na continuação, apresentam-se os instrumentos que validam essa subcategoria:

“O Conselho Pastoral dos Pescadores, junto ao grupo de artesãs, pescadoras e pescadores artesanais do povoado Bonsucesso, esteve reunido com a vice-governadora do Estado de Sergipe, Eliane Aquino, e o Deputado Estadual Iran Barbosa.” (Ata)

“...agora, quando você coloca Poço Redondo, você limita, porque a resistência ela está em toda a bacia do São Francisco, desde a nascente até a foz, e não só em Poço Redondo. Tem a gente que tá pela articulação, tanto eu, como Quitéria. Quitéria tá com a CPP, que é a Pastoral dos Pescadores, e tem também pela Articulação Popular do São Francisco, que é o meu caso.” (E1)

“E, com isso, a gente já tem que meio que uma autogestão do território em prática, hoje está muito mais difícil do empresário chegar lá e dizer: ‘você vai sair daqui porque aqui não tem peixe’, ‘aqui não é lugar de pescador’. [...] Então a gente está garantindo a autogestão do território e a resistência do povo que vai permanecer, com fé em Deus!” (Vídeo 1)

De acordo com o apresentado, percebem-se alianças políticas com representantes do governo e da Assembleia Legislativa, com a totalidade da bacia do rio São Francisco, com a pauta de garantia de permanência no território. Com base nas citações, se torna evidente a resistência a partir de alianças.

b) Subcategoria Desenvolvimento Artístico e Cultural

Em análise qualitativa da subcategoria desenvolvimento artístico e cultural, consideramos seus efeitos para a consciência através do exercício de perceber, conviver e valorizar diferentes códigos culturais. Segundo Tavares (1995), a questão cultural no Terceiro Mundo está associada à identidade cultural, uma necessidade básica de sobrevivência, que significa ser capaz de se reconhecer na construção de

sua própria realidade. Para maior referência sobre esse código, se apresenta o recopilado dos instrumentos:

“Em datas comemorativas, nós, por exemplo, sempre realizamos atividades/discussões no dia da água, dia do pescador, dia de São Francisco... e no mais a depender das demandas e principalmente de acordo com a vazão do rio São Francisco, sempre estamos fazendo discussões e ações na defesa da água e do rio.” (E 2)

“... junto ao grupo de artesãs, pescadoras e pescadores artesanais do povoado Bonsucesso [...]. Ao final da reunião, as crianças que participaram da oficina de cordel, ofertada por meio da Lei Aldir Blanc, declamaram seus cordéis e presentearam os convidados com os folhetos de cordel produzidos durante a realização da oficina.” (Ata)

Observa-se, nas citações acima, que a comunidade desenvolve bordados no grupo de artesãs, oficina de cordel para as crianças, livro de poesia, celebração do dia do pescador (dia de São Pedro). Percebe-se, assim, a dimensão material e simbólica que recria seus modos no processo de conformação do território quando buscam dar sentido à vida.

c) Subcategoria Participação e Formação

Segundo Pedro Demo (1987), participação é poder e conquista, um processo que por ação consciente permite construir um aparato de cidadania e reconhecimento de direitos. A formação também se apresenta nesse processo quando se formam redes de colaboração, solidariedade e vizinhança. Para melhor referenciar como esse código se apresenta recopilado em nosso instrumento, verificamos como acontece no campo do conhecimento:

“E aí a gente pensou ‘como é que a gente se organiza, como é que a gente organiza esses pescadores para eles fazerem esse enfrentamento e garantir sua permanência do território?’ Aí vamos garantir a autogestão do território, e nós iniciamos com uma série de oficinas pra poder entender o que é turismo de base. Pra poder entender que a gente podia trabalhar o turismo de base ali.” (Vídeo)

“... é preciso que se tenha outros espaços de discussões sobre a gerência da água e que esses espaços permitam a participação do povo, mas raramente se vê essas discussões vindo de outros espaços que não sejam proporcionados pelos movimentos sociais.” (E2)

“A Articulação do Semiárido Brasileiro é esse processo da política pública descentralizada a partir das tecnologias sociais que envolve processos de

formação e capacitação para homens e mulheres entender as razões desse processo de falta d'água que não é necessariamente a escassez do bem. É a centralização do bem nas mãos de poucos." (E3)

Com base nas citações, percebe-se que o canal viável de participação é dentro do próprio movimento social, adquirindo, por assim dizer, um caráter de formação resultado de sua participação nesses grupos. Nesse sentido, a participação está inexoravelmente vinculada à formação. À medida que as sujeitas protagonizam sua participação, se faz presente a resistência.

d) Subcategoria Agroecologia

Consideramos que "A Agroecologia é uma nova ciência, ou enfoque científico, destinada a apoiar e dar sustentação à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis" (CAPORAL; COSTABEBER, 2000a, 2000b, 2001 apud REINIGER et al., 2017, p. 16). Esta subcategoria está associada à Formação e Participação, visto que se encontra no campo do conhecimento. Na continuação, se apresentam os instrumentos que validam esta subcategoria:

"E foi identificado uma espécie de peixe que não tinha nenhum valor comercial, aí a gente estudou, buscou, pesquisou, 'o que é que dá pra fazer disso?' Aí descobrimos que dá para fazer o hambúrguer, a linguiça, dá pra fazer almôndega, e aí a gente fez a experiência e funcionou." (V1)

"Uma das principais demandas no trabalho de conscientização nas bases é a luta pela revitalização do rio São Francisco, de todos os afluentes, assim como as nascentes e riachos, na busca de direito para toda a população na garantia de água potável e de qualidade, campo voltado para as mulheres e agroecologia com os quintais produtivos e livres de agrotóxicos." (E4)

"O encontro aconteceu no espaço/sede das artesãs, localizado na pracinha da televisão, na comunidade Bonsucesso, Poço Redondo-SE, onde as artesãs receberam Eliane e Iran, apresentando o espaço (sede provisória, alugada pela prefeitura) e o artesanato por elas produzido." (Ata)

De acordo com as citações, as entrevistadas relatam iniciativas agroecológicas, como a descoberta econômica e o beneficiamento de um tipo de peixe, os quintais como espaço agroecológico, o grupo de artesãs com espaço físico.

Com base nos dados, percebem-se as alternativas autogestionadas desde a agroecologia frente ao capitalismo.

e) Subcategoria Tecnologias Sociais

Podemos entender tecnologias sociais como uma ferramenta para construir outra sociedade (DAGNINO, 2014). Ao ampliar o conceito, podemos considerá-las como tecnologias opositoras de poder que podem criar modos efetivos de resistência (SANDOVAL et al., 2004). Diferentemente da tecnologia convencional, tecnologia social são conjuntos de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e apropriadas em interação com uma comunidade. A seguir, apresenta-se um dos nossos instrumentos que validam esta subcategoria.

“As populações são mais difusas, então é aí que entra todo o nosso debate das tecnologias sociais de captação de água de chuva enquanto uma política pública no sentido de que essa água possa ser mais descentralizada. [...] A exemplo das cisternas, dos Barreiros trincheiras, se elas perdem esse processo de armazenamento de água de chuva, essas pessoas depois ficam vulneráveis à política do carro-pipa⁶. Que nada mais é do que uma moeda de troca e de uma política.” (E3)

Como demonstrado no relato da entrevistada sobre a importância do debate das tecnologias sociais enquanto política pública, percebe-se a crítica quando diz que a população fica vulnerável à política da moeda de troca ao ser negado o acesso à água. Evidenciam-se, assim, as relações de poder presentes no território.

f) Subcategoria Movimento Social: Conselho Pastoral de Pescadores

Na tentativa de mapear paradigmas e teorias sobre movimentos sociais, Gonh (2007) conclui que não há teoria, concepções ou tipo único para definir movimento social. Sem embargo, são fenômenos históricos decorrentes de lutas que, com as mudanças estruturais e conjunturais, se transformam. Para a autora, haverá luta e movimento enquanto a sociedade não resolver o problema de desigualdades sociais, opressão e exclusão. O importante é constatar que essas lutas são construídas por atores sociais coletivos que criam um campo de força social na sociedade civil quando articulados em um determinado cenário de conjuntura.

⁶ Caminhão-tanque com reservatório para transporte de líquidos, conhecido pela comunidade como “carro-pipa”.

“Eu atuo como Educadora Social no Conselho Pastoral dos Pescadores, uma entidade que tem atuação em comunidades tradicionais, mais especificamente em comunidades pesqueiras, onde contribui na organização comunitária e dos pescadores e pescadoras artesanais por meio de formações e outras atividades que trabalhem a coletividade, com intuito de fortalecer os pescadores e pescadoras artesanais, nas lutas em defesa dos seus direitos. [...] O Conselho Pastoral dos Pescadores tem atuação local, regional e Nacional, no meu caso, atuo na região do Baixo São Francisco por meio do regional Bahia/Sergipe.” (E2)

“[...] o Conselho Pastoral dos Pescadores, junto ao grupo de artesãs, pescadoras e pescadores artesanais do povoado Bonsucesso, esteve reunido [...] O encontro aconteceu no espaço/sede das artesãs, localizado na pracinha da televisão, na comunidade Bonsucesso-Poço Redondo/SE.” (A1)

Nesse sentido, queremos destacar o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), uma entidade com atuação em comunidades tradicionais em defesa dos direitos de pescadores e pescadoras artesanais presente na comunidade Bonsucesso para visibilizar a atuação desse coletivo.

Com base nas citações, percebe-se esse movimento social como determinação da força social no território.

g) Subcategoria Privatização

Esta subcategoria foi denominada privatização, já que Pérez (2016) demonstra o movimento da estratégia de reprodução do capital para expropriação da natureza nos termos de um “modelo primário exportador neocolonial”, identificando em seus estudos o processo de privatização das terras em territórios de povos tradicionais. Já Harvey (2005) denomina de processo como acumulação por espoliação. Para maior referência sobre esse código, se apresenta um resumo de duas entrevistadas:

“Para você ter uma ideia, tem municípios aqui na região que não têm acesso à água potável, de qualidade, vamos dizer assim, porque aqui mesmo a nossa comunidade ela é abastecida pela o que é a companhia DESO, a companhia de distribuição de água de Sergipe e a de Alagoas eles privatizaram, tá privatizado, bom, então, é uma coisa assim assustadora. [...] Está uma luta danada para tombar lá uma serra que eles querem minerar ouro e ferro que é um patrimônio histórico.” (E1)

“Luta contra barragens, transposição, agronegócio, agrotóxicos, grandes empreendimentos às margens do rio, cercas nas águas, desmatamento da flora, fauna e mangues. Dizemos não à exploração de petróleo em águas profunda dentro do mar. Tudo isso não gera vida e desaparece nossos territórios.” (E4)

Com base nas citações, percebem-se esses movimentos sociais em permanente luta, resistindo às privatizações dos setores sociais do Estado, bem como às diversas formas de desestatização (alienação total ou parcial dos ativos, PPP – parcerias público-privadas, alocação de ativos, entre outras) e à mercantilização da natureza e da existência.

h) Subcategoria Vazão

Esta subcategoria foi denominada vazão, já que é uma questão recorrente e, por outro lado, traz graves consequências para o território. Conforme identificado por Santos (2019), a alteração da dinâmica fluvial no Baixo São Francisco é devido ao represamento da água pela barragem, causando erosão acelerada. Na continuação, se apresentam instrumentos que validam esta subcategoria:

“Devido à Barragem de Xingó, que segura a água e solta. A CHESF, eles soltam da maneira deles, não respeitam as comunidades, não respeita o povo que tá abaixo deles, a cada hora eles praticam a vazão. [...] Olha, lá no começo, quando Xingó foi projetado, o acordo era que essa vazão não podia ser menos que 2.100 m³/s. E aí, ao longo dos anos, isso foi lá nos anos 80, acho, se eu não tiver enganada. E aí, ao longo do tempo, isso vem diminuindo, que chegou época no verão da gente ter 550 m³, deixando o rio completamente vazio aqui embaixo, com pouca água em muitas das capacitação de águas que abastecem cidades.” (E1)

De acordo com o relato, a vazão do rio vem diminuindo gradativamente com o passar dos anos, impactando os modos de vida das comunidades em seu território, e percebe-se que a vazão do rio tem uma relação direta com a apropriação do território pelo setor elétrico através da Companhia Hidrelétrica de Xingó (CHESF), desconsiderando a existência e autonomia dos quem vivem “embaixo”.

i) Subcategoria Agronegócio

Esta subcategoria se chama agronegócio por estar relacionada com a modernização técnica-científica do campo em contexto socioespacial de produção agrícola. Sampaio, Girardi e Rossini (2020) evidenciam em seu estudo acerca da “expansão do agronegócio no Brasil” a devastação no cerrado brasileiro e conseqüentemente, na região da Bacia do São Francisco. Os autores afirmam que, entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017, do IBGE, houve o aumento em hectares nos estabelecimentos agropecuários e uma diminuição quantitativa de estabelecimentos agropecuários, indicando uma maior concentração de terras nessa região. Na sequência apresentam-se os instrumentos que validam este código.

“[...] é uma luta muito grande, para você ter uma noção, mais de setenta por cento da água o que é retirada do São Francisco vai para o agronegócio. Aí a gente tem os conflitos, que são grandes. Porque esse Agro, esse Agro espreme, esse Agro grila a Terra, a água, espreme comunidades, esse Agro mata.” (E1)

“É a questão dos grandes barramentos, a questão dos grandes açudes e que, na verdade, essa água ela continua sendo centralizada nas mãos de poucos.” (E3)

“Luta contra barragens, transposição, agronegócio, agrotóxicos, grandes empreendimentos às margens do rio, cercas nas águas, desmatamento da flora, fauna e mangues. Dizemos não à exploração de petróleo em águas profunda dentro do mar. Tudo isso não gera vida e desaparece nossos territórios.” (E4)

Nota-se que não se trata apenas dos conflitos ligados ao hidronegócio, mas também do crescimento do agronegócio na bacia. A expansão desordenada de terras para esse fim diminui as áreas verdes e recorre a pesticidas, venenos, fertilizantes, que atingem o curso d’água. É preciso ressaltar que a concentração da terra é uma característica estruturante no Brasil.

j) Subcategoria Conflitos e Cotidiano

Esta subcategoria chama-se conflitos e cotidiano por compreender que os conflitos no campo se tornam um cotidiano de r-existência para homens e mulheres diante da crescente apropriação da natureza e das contingências sociais, como afirma

Scott (2002) sobre a luta vital cotidiana no que se refere às r-existências como a única alternativa. Na continuação, indicamos instrumentos que validam esta subcategoria:

“[...] você viu o caso de Mariana de Brumadinho, até hoje a gente da Articulação São Francisco ainda mantém algumas pessoas lá acompanhando esse conflito porque a Vale até hoje não reparou os danos e, quando reparou, fez o acordo com o governo, o governo de Minas, que quer fazer só com a indenização da Vale. O que deveria era olhar pelas famílias afetadas, que não foram uma nem duas, foi 200 e poucas mortes. [...] nós aqui do Baixo São Francisco somos os mais afetados porque, para nós, sobra praticamente os esgotos do rio. [temos que] resistir para viver porque senão eles nos mata [...]” (E1)

Com base na citação, o não tratamento de resíduos pelas mineradoras chega até a foz do rio. São apontados conflitos com a mineradora Vale, com a atuação política do Estado, além da permanente resistência no caso Brumadinho⁷, a ponto de que há de resistir para não morrer, ou seja, uma condição imposta ao território.

k) Subcategoria Instrumentos de Gestão

Esta subcategoria foi criada por se compreender que os instrumentos de gestão estão vinculados a contextos políticos (BAKKER, 2010). Os desajustes sociais e ambientais causados pelo modelo de gestão moderno-colonial enfrentam desafios para satisfazer à demanda hídrica e alimentar a população. Na continuidade, apresentamos instrumentos que validam esta subcategoria.

“[...] e é uma série de contradições, assim que não dá! Brejo Grande mesmo, os povoados de Brejo Grande, e até a cidade está sendo abastecida por caminhão pipa. O que muitas vezes passa nas comunidades uma vez na semana.” (E1)

“Não existe uma secretaria específica ou conselho, nossa participação é nos espaços que nós mesmos juntos a movimentos sociais articulamos.” (E2)

De acordo com as entrevistadas, a população vive sem regularidade do acesso à água e se diz que, na prática, não existem instrumentos governamentais de gestão.

⁷ O caso Brumadinho foi um desastre ocasionado pela ruptura da barragem da mineradora Vale na mina Córrego do Feijão. A lama de minério matou 270 pessoas e outras se encontram desaparecidas. Hoje se busca justiça junto aos agentes públicos para reparação dos danos às comunidades, que enfrentam uma certa resistência da Vale em atender às demandas (UFMG, 2021).

Demonstra-se o insuficiente resultado das raízes tecnocráticas no território. Com base nisso, percebe-se que aos usuários cabe apenas o papel de adaptação às regras decretadas de cima para baixo.

I) Subcategoria Geopolítica da Água

Segundo Porto-Gonçalves (2008), existem duas visões na distribuição de águas e terras disponíveis por país. Na perspectiva dos agronegociantes, apresenta-se o Brasil, por exemplo, com grande disponibilidade de água sem considerar a biodiversidade e as qualidades tropicais de vida. A segunda se trata da geopolítica na perspectiva subalterna, que é o contraponto ao discurso geopolítico moderno-colonial da água. O primeiro é responsável por apagar o conhecimento, as vivências e as práticas produzidos por grupos deste último a partir de suas fronteiras. Na sequência, apresentamos instrumentos que validam esta subcategoria.

“Eu acho que a água vai ser a próxima guerra, vai ser por água, e o Brasil ele concentra doze por cento da água potável do mundo, né, mais de doze por cento. E aí se prepara, minha filha, que só vem é muita coisa, muita agressão a nossas fontes de águas, aos nossos rios, aos nossos atos e feitos. Enfim, é isso, é isso uma realidade muito cruel.” (E1)

“[...] eu queria mais aprofundar o conceito de convivência com o semiárido em detrimento do combate à seca, então eu sou dos movimentos de articulação em defesa de água, e aí lógico que ASA apresenta dentro desse contexto das políticas públicas, a tecnologia das cisternas, as cisternas de placa para o consumo humano e a cisterna calçadão, que a cisterna de produção, entre outras tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva.” (E3)

“Mas, por trás de tudo aquilo, está o maior sofrimento, um horror que os pescadores enfrentaram ali com os empresários do turismo de massa.” (V1)

Na visão subalterna, conforme as citações acima, a água está associada a falta de equidade socioambiental, a agressão, a dor e o sofrimento no cotidiano vivido. Com base nisso, percebe-se a geopolítica subalterna completamente silenciada, e muitas vezes negada, por uma visão eurocêntrica em que se fala dos “pobres dos trópicos”. Nega-se a criatividade ao invés de dialogar com as capacidades humanas em determinadas condições naturais.

m) Subcategoria Sentido e Significado do Rio

Esta subcategoria foi denominada de sentido e significado do rio advinda de contribuições recebidas da Psicologia que trabalha na superação da dicotomia razão e emoção. Vigotski (2000) diferencia o sentido do significado, atribuindo ao sentido a capacidade de criação e reprodução de seus modos de existência não apenas em sua realidade subjetiva, mas atribuída ao sujeito em sua atividade social, vinculada à vida do sujeito, relacionando-a diretamente à consciência humana. O significado, portanto, são produtos históricos e transitórios, uma generalização da realidade objetiva reflexo das relações sociais, ou síntese das práticas sociais conjuntas. Assim sendo, o autor afirma que o sentido se sobrepõe ao significado.

“[...] foi discutido políticas públicas para viabilizar a aquisição de insumos, ampliação da produção e comercialização do artesanato local, foi discutido também o acesso a políticas públicas voltadas para a pesca artesanal e questões relacionadas ao rio São Francisco, como a exploração de petróleo e suas consequências para o povo ribeirinho de todo Baixo São Francisco.”
(A1)

“A gente lutou, também, pelo Plano de Manejo do Movimento Natural, a gente lutou primeiro por uma área específica e depois para o geral. E, finalmente, por esses dias agora no início do mês, saiu a oficina final de construção de plano de manejo.” (Vídeo)

Numa análise qualitativa da subcategoria sentido e significado do rio, os resultados obtidos pela entrevista e pelo vídeo, foram que a comunidade atribui a dimensão material e simbólica a suas lutas. Portanto, percebe-se a capacidade de criação e reprodução da existência no sentido amplo da consciência humana.

O valor simbólico da água do rio São Francisco presente nas lutas cotidianas é materializado na construção de um plano de manejo alternativo, na aquisição de insumos para a agricultura, na comercialização do artesanato local, assim eles recriam seus modos quando buscam dar sentido à vida no processo de conformação do território.

A utilização do software Atlas.ti nos permitiu a análise e interpretação dos instrumentos coletados. A utilização adequada apresenta profundidade na análise e o não desvio do objetivo da análise, facilitando a codificação e categorização, gerando redes que facilitam a visualização e interpretação dos dados analisados. Pode-se

dizer que, além de facilitar, ajuda a obter resultados mais precisos e de qualidade que validam a pesquisa científica.

Conforme as evidências encontradas durante o desenvolvimento das entrevistas, pode-se descrever as r-existências em território hidrossocial nas seguintes subcategorias: Agroecologia, Alianças Políticas, Conflitos e Cotidiano, Corpo-Território, Desenvolvimento Artístico e Cultural, Formação e Participação, Movimentos Sociais, Sentido e Significado do Rio, Tecnologias Sociais, a que se chegou com este estudo. Buscou-se agrupá-las de acordo com as características que se apresentavam, podendo ser: uma ação repetida na existência (material e simbólica), a reprodução da vida no território e r-existências que moldam os espaços (território – territorialidade – territorialização), conforme explicado a seguir no Quadro 3 de análise da família r-existência:

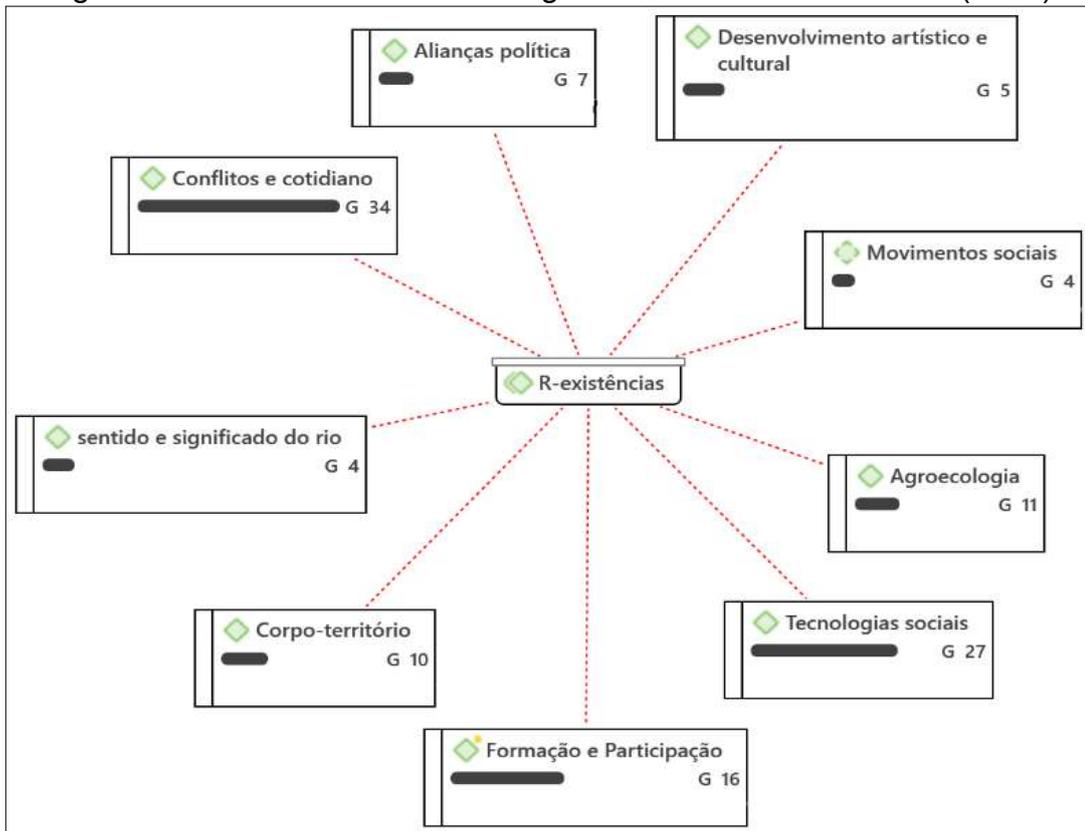
Quadro 3: Análise da família r-existência (2022)

FAMÍLIA	CARACTERÍSTICAS	SUBCATEGORIAS
R-existência	Ação repetida na existência (material e simbólica)	Agroecologia Alianças Políticas Conflitos e Cotidiano
	Reprodução da vida no território	Corpo-Território Desenvolvimento Artístico e Cultural
	R-existências moldam os espaços (território – territorialidade – territorialização)	Formação e Participação Movimentos Sociais Sentido e Significado do Rio Tecnologias Sociais

Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

A família r-existência recebeu nove códigos consoante as semelhanças e a analogia previamente definidas pelas características apresentadas, como pode ser observado pela relevância das subcategorias na família r-existência na Figura 12. O G significa o grau de magnitude, referindo-se ao número de citações vinculadas. Quanto maior a contagem do G, maior a magnitude ou relevância.

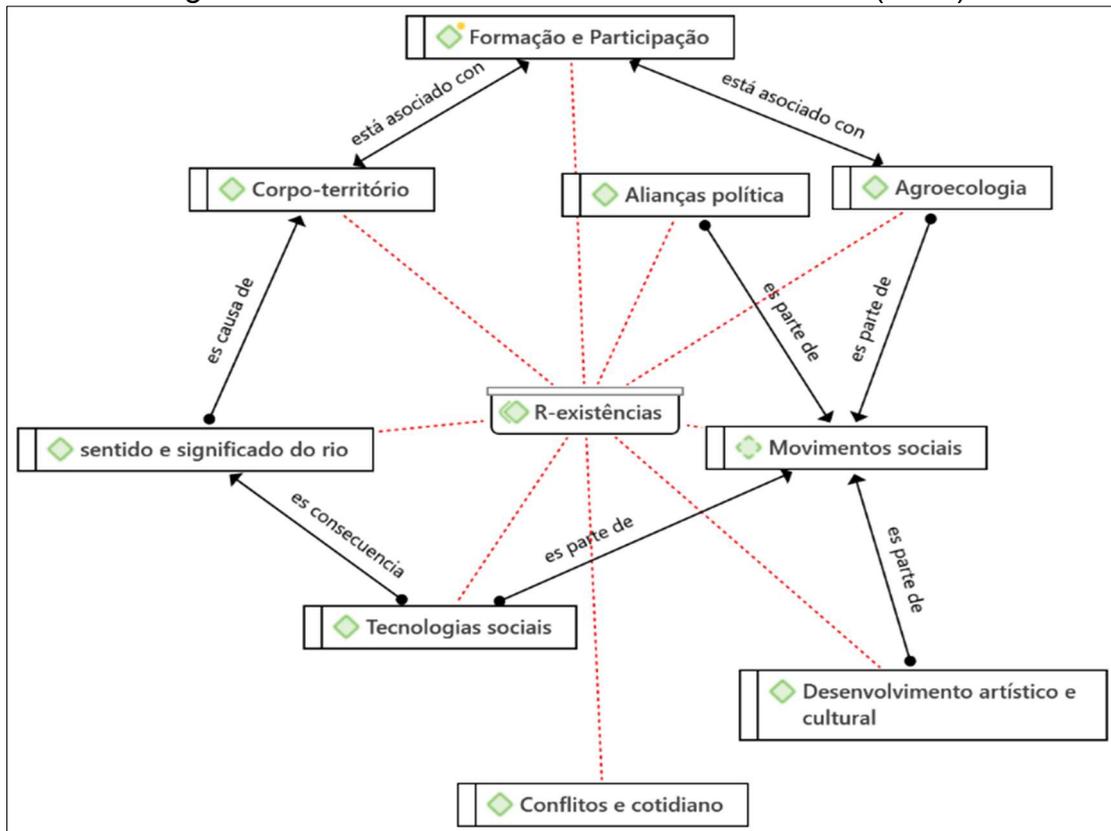
Figura 12: Relevância das subcategorias na família r-existência (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

Podemos observar o grau de relevância das r-existências quando se faz referência aos conflitos e cotidiano, às tecnologias sociais e à formação e participação. O layout orgânico escolhido para esse resultado foi por ter a possibilidade de visualizar a unicidade conceitual, revelando a relevância pela magnitude. Também observamos a relação entre as subcategorias e sua plurivocidade conceitual quando disposta em rede (Figura 13).

Figura 13: Rede conceitual da família r-existência (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

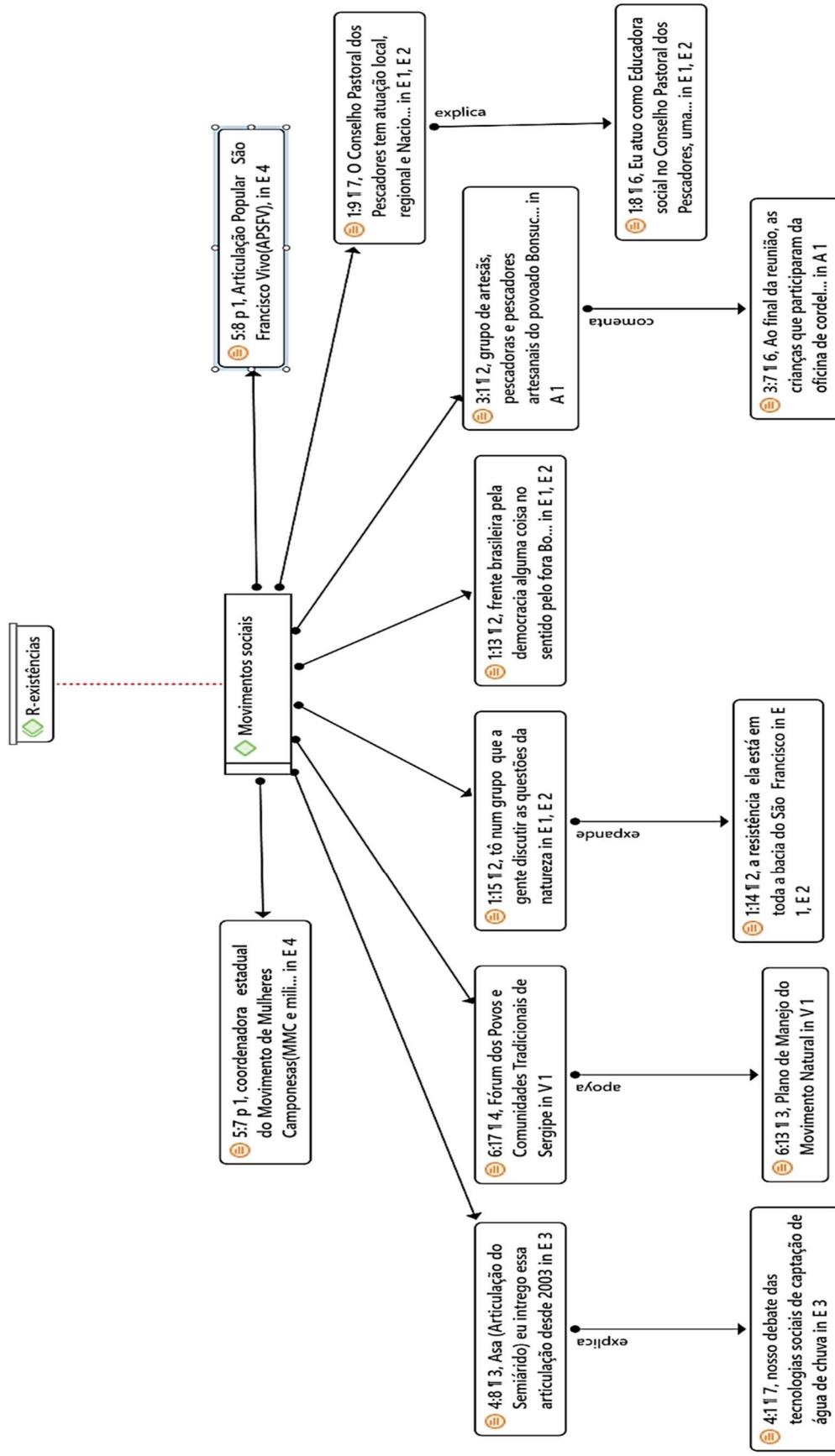
Segundo o Atlas.ti (2022), esse layout se direciona à força. Ao calcular, os nós são considerados objetos físicos com forças mutuamente repulsivas, semelhantes a prótons e elétrons. As conexões entre os nós também seguem a mesma analogia física e são tratadas como “molas” anexadas ao par de nós. Essas molas possuem forças repulsivas ou atrativas entre seus pontos finais, se forem muito curtas ou muito longas.

Essa teia permite com que possamos visualizar as relações que cada subcategoria tem entre elas. Como podemos observar, a estrutura gráfica revela, de um lado, uma parte assimétrica e agrupada, possuindo uma distribuição pouco equilibrada de nós e muitas arestas. Por outro lado, uma parte se distancia em uma ação repulsiva a esse conjunto, como se o conjunto de forças em volta da r-existência tivesse reflexo direto nos conflitos e no cotidiano, que se localiza do lado oposto à formação e participação. É preciso ressaltar que a força de atração da r-existência são os movimentos sociais, e, portanto, podemos interpretar que os movimentos sociais são o motivo principal para as r-existências no território.

Como resultado da relação entre as subcategorias, podemos observar, partindo dos movimentos sociais, que a agroecologia, as tecnologias sociais, as alianças políticas e o desenvolvimento artístico e cultural são parte de sua categoria. Partindo da observação da agroecologia, esta está associada à formação e participação, que, no que lhe concerne, está associada ao corpo-território. Por outro lado, as tecnologias sociais são consequência do sentido e significado do rio, portanto a causa do corpo-território, já que, conforme explicitado, se trata de um “corpo-político”.

Foi possível precisar em forma de árvore os elementos estruturantes das re-existências, demonstrando todas as ocorrências de códigos relacionados às citações, como pode ser observado na Figura 14.

Figura 14: Árvore de citações dos movimentos sociais (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

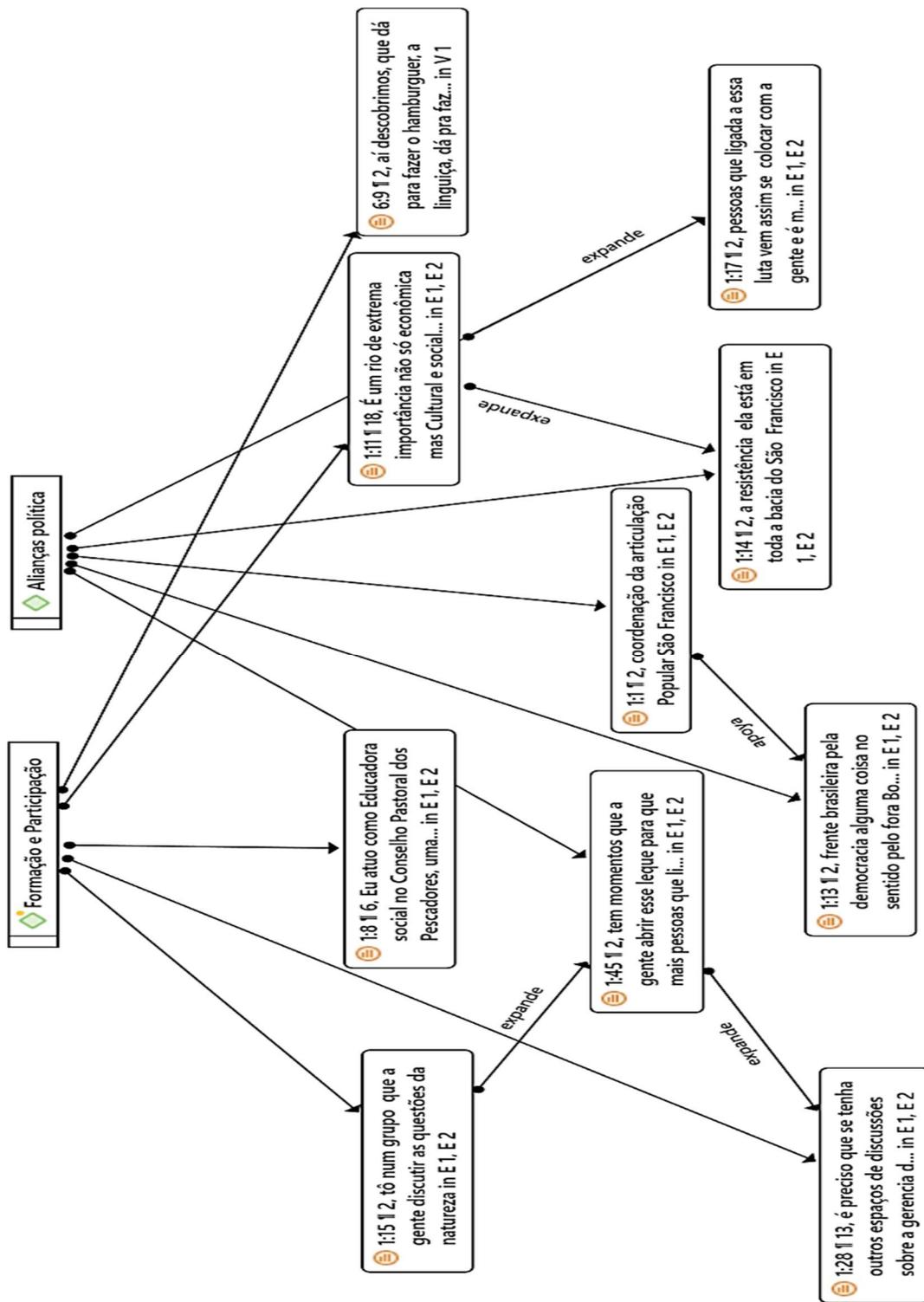
À caixa central (Figura 14) no código movimentos sociais foram relacionados todas as citações dos movimentos sociais de que as mulheres participam, nossos sujeitos investigados. As citações que aparecem são representadas por um símbolo, seguido de uma informação numérica para tratamento dos dados no software, e ao final se encontra o documento a que correspondem, por exemplo [A1].

A análise das citações dessa rede permitiu-nos descrever os movimentos sociais de r-existências no território hidrossocial de Poço Redondo: a) Articulação Popular São Francisco Vivo, b) Articulação do Semiárido Brasileiro, c) Conselho Pastoral dos Pescadores, d) Frente Brasileira pela Democracia, e) Grupo de Artesãs, Pescadoras e Pescadores Artesanais do Povoado Bonsucesso, f) Movimento das Mulheres Camponesas, além do espaço de discussão no Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe, de que também participam outros movimentos do Estado.

Essa teia também permite com que possamos visualizar alguns exemplos de ações realizadas pelos sujeitos da pesquisa. Vale destacar a elaboração do Plano de Manejo do Movimento Natural, o debate sobre tecnologias sociais para captação de água, a atuação como Educadora Social e o estímulo à participação de crianças em grupos artísticos e culturais.

Outra possibilidade de apresentação dos resultados com citações foi fazendo um paralelo entre duas subcategorias: Alianças Políticas e Formação e Participação (Figura 15). Essa segunda forma foi escolhida para mostrar os principais aspectos dessa relação, a fim de auxiliar na construção de modelos de articulação política.

Figura 15: Relação entre Formação e Participação e Alianças Políticas (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

Essa teia permite com que possamos visualizar, por interconexões dialógicas, todas as ações que se expandem quanto ao modo de r-existências presentes, principalmente na Comunidade de Bonsucesso do município de Poço Redondo, SE - Brasil.

“Eu tô num grupo que a gente discute questões da natureza” (E1), que se expande “Tem momentos que a gente tem que abrir esse para que mais pessoas...” (E1), que se expande “É preciso que tenha outros espaços de discussões sobre a gerência...” (E2).

Nesse sentido, é válido ressaltar que se deve enxergar a água numa perspectiva pedagógica e política em que o trabalho permanente e cotidiano da consciência dos indivíduos conduz às mudanças de comportamento e também à busca de alianças. Os depoimentos evidenciam existir a expansão das alianças políticas quando também há formação e participação entres os atores envolvidos e o seu contexto.

Percebe-se que quando partimos de Formação e Participação sinaliza suas formas de atuação, seja em grupos de discussão ou até mesmo como Educadora Social para elevação da consciência e importância socio e cultural do rio, além da descoberta social de um produto alimentício. A partir daí, encontramos conexões com a necessidade de alianças políticas para expandir a r-existência, através de contato com outras organizações e lutas abrangentes.

Dessa maneira, podemos indicar que o resultado da análise das entrevistas em profundidade realizadas nos permite precisar que a família de códigos construída agrega dados a partir de subcategorias previamente criadas na codificação e contribui para descrever as r-existências em território hidrossocial na Comunidade de Bonsucesso do município de Poço Redondo/SE - Brasil. Podemos concluir que a utilização do Atlas.ti correspondeu ao objetivo proposto pela pesquisa.

Com o intuito de atender aos objetivos específicos colocados pela pesquisa, a análise dos dados segue em três frentes de unidades de significado, quais sejam: racionalidade/contrarracionalidade, território hidrossocial e corpo-território. Em face da complexidade e da abrangência temática, esse enfoque auxilia na construção mais sistemática entre os dados coletados e o referencial teórico utilizado e apresentado.

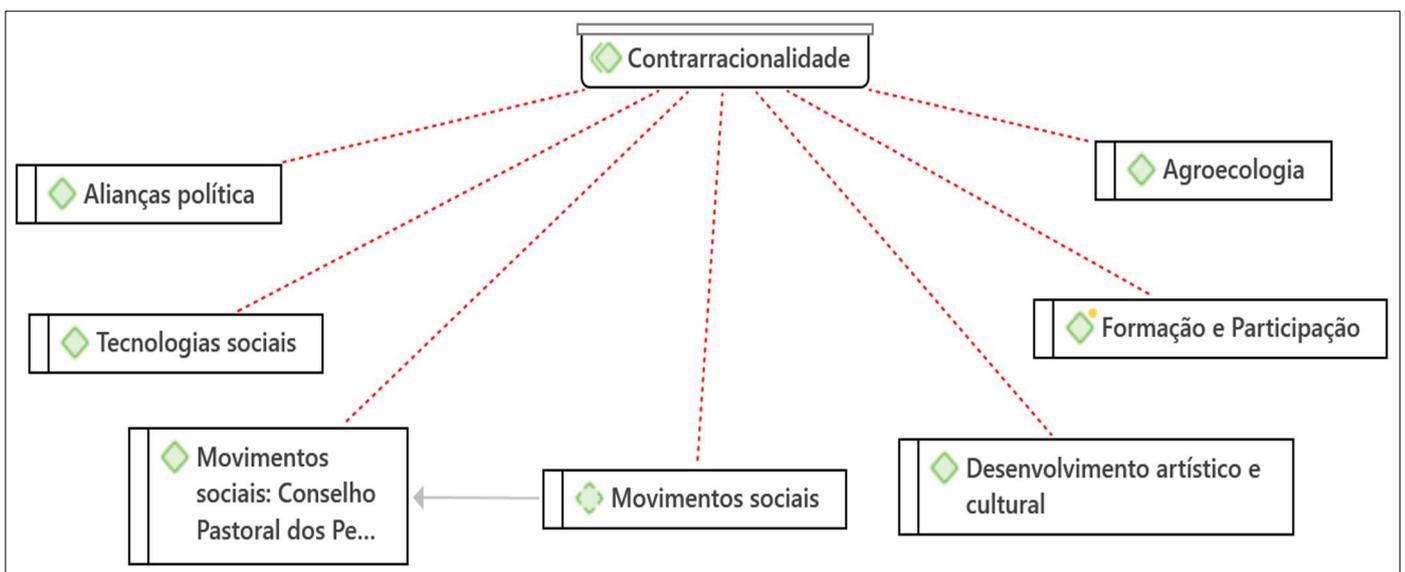
No arcabouço teórico, discutimos a questão do tensionamento dialético entre as racionalidades e as contrarracionalidades, que dizem respeito às contradições

internas do capitalismo. Decidimos tratá-las em conjunto até então não apenas por se tratar de negar a razão, senão de evitar a apologia do contínuo progresso linear. Para melhor tratamento dos dados, optamos por separá-las em duas categorias e descrever em separado as racionalidades e a contrarracionalidade em território hidrossocial em Poço Redondo.

n) Categoria Contrarracionalidade

Esta categoria foi denominada contrarracionalidade, na medida em que Santos (2017) expressa que são a busca de formas alternativas da racionalidade indispensáveis à sua sobrevivência. A primeira análise trata de descrever a contrarracionalidade em ações que evidenciam os limites da racionalidade e, portanto, o ponto medular da construção das r-existências, por isso a importância desta categoria (Figura 16).

Figura 16: Teia Contrarracionalidade (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

A contrarracionalidade está conformada pelos seguintes códigos: alianças políticas, agroecologia, formação e participação, desenvolvimento artístico e cultural, tecnologias sociais e, em destaque, o movimento social (organização: Conselho Pastoral de Pescadores) como elemento resultante da lógica própria do modo de vida na comunidade pesquisada em nosso estudo de caso.

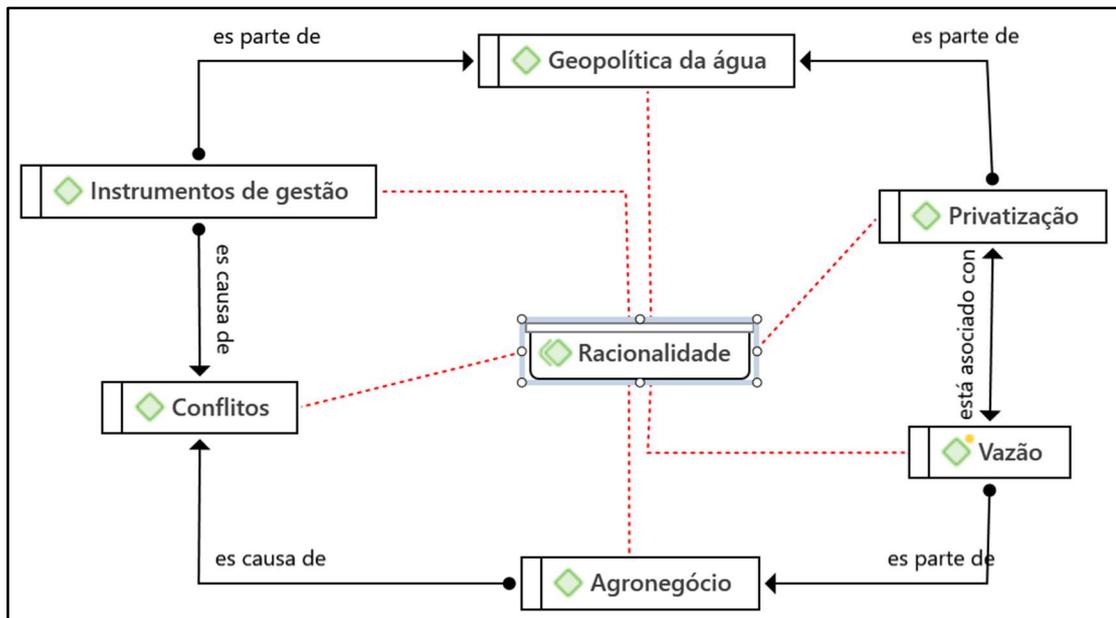
Quando são analisadas as contrarracionalidades em seus aspectos categóricos, verificam-se, em suas subcategorias, os espaços estratégicos para prosperar práticas revolucionárias, ideias que fomentam a contrarracionalidade ao modelo capitalista e que são poderosos instrumentos formadores de contraespaços com a resistência das excluídas em seus modos de vida em sua comunidade.

o) Categoria Racionalidade

Esta categoria foi denominada racionalidade, visto que, na perspectiva de Horkheimer (2015), em sua obra *Eclipse da Razão*, tem-se a dialética como negação e incorporação determinante da base crítica da razão. Concebe a racionalidade instrumental na ideia de utilidade, basicamente para dominar e controlar a natureza. Aquela que mobiliza os recursos para alcançar um determinado fim, em que todos os processos sociais da vida se tornam coisas. Em sua teoria, a oposição basilar da racionalidade instrumental é a teoria crítica. Vislumbra a “força de resistência” capaz de se comportar criticamente diante da realidade, uma reação contra o pessimismo social e a insuficiência das soluções pragmatistas da razão.

Neste bloco, pretendemos avaliar o impacto da racionalidade a partir dos instrumentos coletados, identificando os seus mecanismos de racionalidade no território por intermédio de seis subcategorias que se relacionam entre si, ora sendo causa, ora estando associadas ou fazendo parte de outra subcategoria, são elas: agronegócio, conflitos, geopolítica da água, instrumentos de gestão, privatização, vazão desordenada (Figura 17).

Figura 17: Teia Racionalidade (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

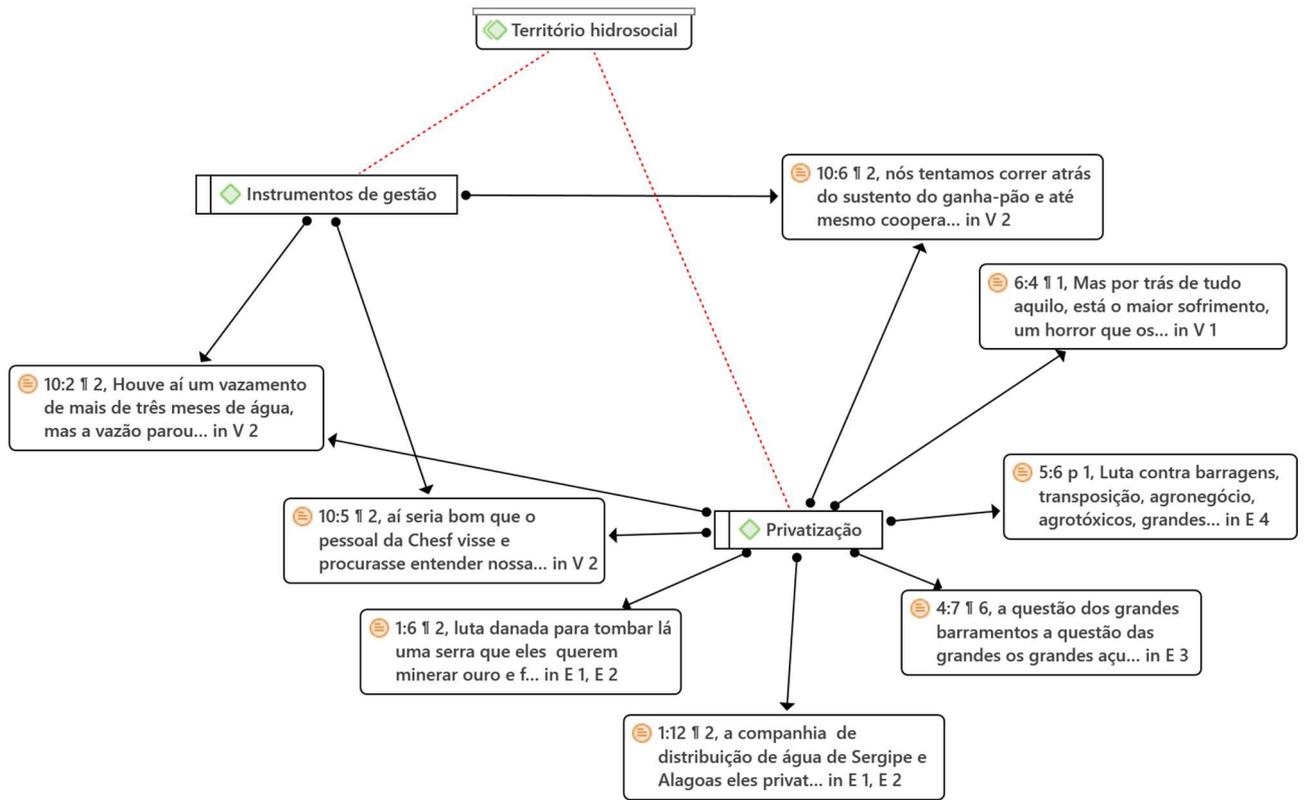
De acordo com a teia, a agroecologia é causa de conflitos; a vazão está associada às privatizações, sendo parte do agronegócio; os instrumentos de gestão e as privatizações são parte da geopolítica da água. Por fim, os instrumentos de gestão são causa de conflitos.

É interessante observar a difusão no território de objetos e ações instrumentais sobre as ações dos indivíduos e estruturas tradicionais que alcançam seus objetivos como resultado da pressão permanente do capitalismo, revelando as facetas da racionalidade ou da realidade social.

p) Categoria Território Hidrossocial

Para atender a esse objetivo específico, optamos por utilizar a estratégia de análise em rede de citação e categorias (Figura 18). Aqui aparecem duas categorias, Instrumentos de Gestão e Privatização, que compreendemos estar presentes em territórios hidrossociais.

Figura 18: Teia Território Hidrossocial (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

É possível visualizar nessa teia, conforme as citações que validam nossa compreensão, que “a companhia de distribuição de água de Sergipe e Alagoas...” (E1, E2) está em vias de privatização ou já praticamente privatizada, como é o caso de Alagoas. Os instrumentos de gestão não dialogam com a comunidade, ocasionando prejuízos com a questão da vazão, pois “Houve aí um vazamento e mais de três meses de água, mas a vazão parou...” As incertezas do cotidiano sobre a vazão nos indicam o quanto essa comunidade é invisibilizada em territórios hidrossociais.

Não é exagero afirmar que o processo de produção e reprodução do capital, na sua fase predatória de apropriação da matéria-prima, agora convertida em mercadoria, é um processo perverso. Por isso é preciso ressaltar que os movimentos de r-existência se mantêm na “Luta contra barragens, transposição, agronegócio, agrotóxicos [...]” (E4), na “questão dos grandes barramentos, a questão dos grandes açudes [...]” (E3), como também se verifica em uma “luta danada para tombar lá uma Serra que eles querem minerar ouro...” (E1).

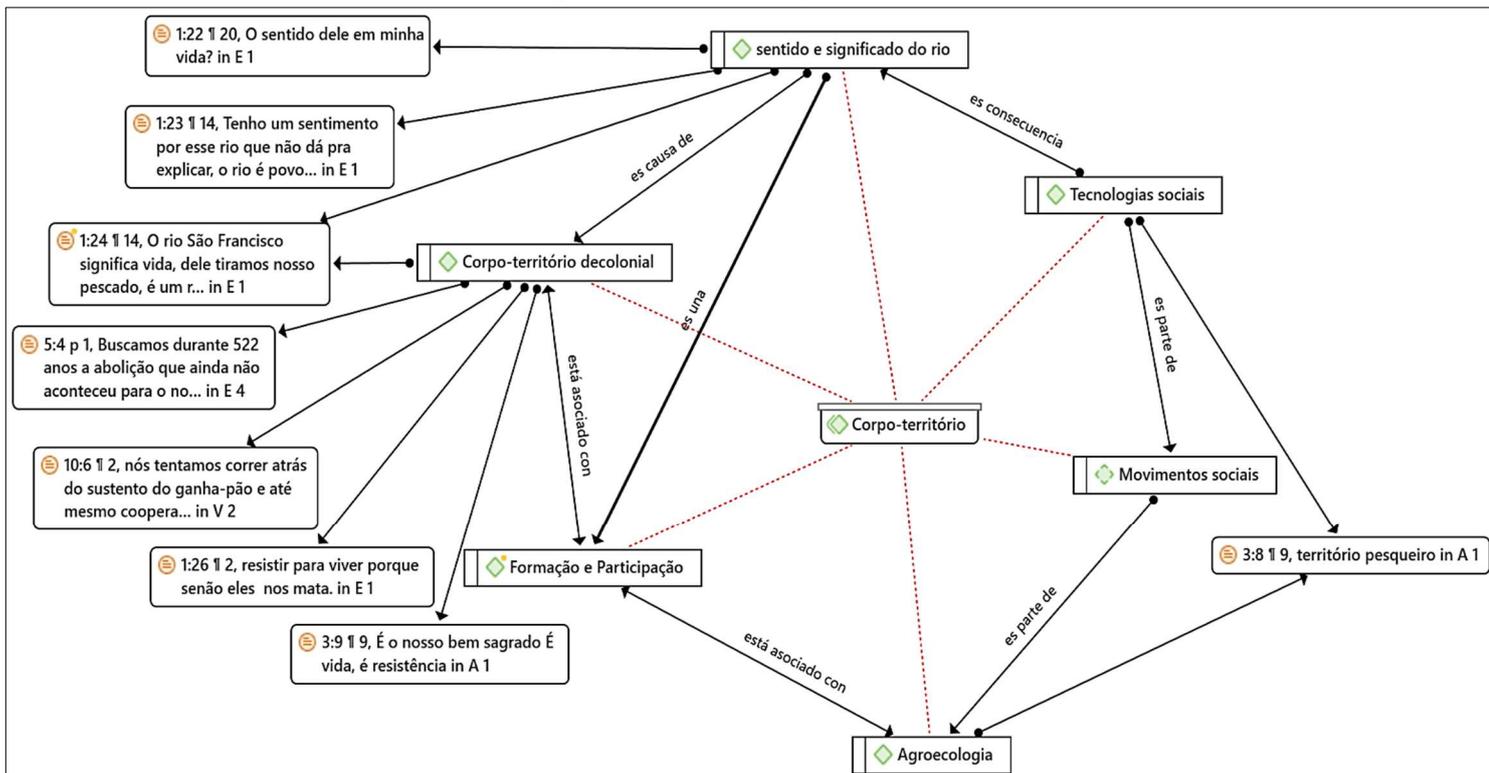
Por fim, podemos chegar à conclusão de que a ação instrumental do Estado impõe uma separação das pessoas de seus meios sociais, intensificando uma série

de conflitos de classe. Isso abrange o caráter político da mercantilização, irrestrita e agressiva, em todo e qualquer território.

q) Categoria Corpo-Território

Esta categoria foi denominada corpo-território, visto que nos permite uma abordagem do território em múltiplas escalas (HAESBAERT, 2020) em que se incluem inúmeras táticas e estratégias no exercício do poder como sujeito de resistência. Aqui pretendemos identificar o corpo-território como “corpo político” porque há uma dialética interna no processo de mercantilização dos corpos, trata-se de uma crítica à universalização abstrata do corpo-mercadoria reduzível ao quantificável. Segundo Santos (2017, p. 80), “a corporeidade do homem é um instrumento da ação”, mesmo que nos tempos atuais seja difícil proteger esse corpo. Como estratégia de análise, utilizamos o layout orgânico com relações entre as subcategorias e citações que validam a compreensão. Para maior referência sobre esta categoria, apresentam-se os instrumentos em seguida (Figura 19):

Figura 19: Teia Corpo-Território



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

Uma das participantes, ao ser questionada sobre o sentido do rio em sua vida, afirma “Tenho um sentimento por esse rio que não dá para explicar, o rio é povo” e continua: “O rio São Francisco significa vida, dele tiramos nosso pescado [...]. Resistir para viver senão eles nos mata” (E1). Outra entrevistada diz: “É nosso bem sagrado, é vida, é resistência” (A1). Aqui se percebe a defesa da vida/água ligada ao corpo-território mobilizado pela sua dimensão simbólica como território primeiro, portanto objeto de poder.

Outra participante comenta aspectos da colonização que ainda não acabou: “Buscamos durante 522 anos a abolição que ainda não aconteceu para o nosso povo [...]” (E4). Constitui-se o que Scholz (2016) chama de novo colonialismo, em que se mobilizam recursos para a renovação do movimento de acumulação, com a administração da pobreza ao extremo.

Ao fazer a análise desta categoria, observamos a possibilidade de compreender, a partir dos conceitos já cunhados, que seria possível criar por indução e abstração uma nova subcategoria: corpo-território decolonial. Isso porque Gadamer (1999) assevera que, quando alguém realiza a transposição da expressão de algo para outra coisa, estamos sendo guiados pela experiência da expansão, que não necessita ser, fundamentalmente, uma generalidade da espécie ou conceituação linguística diante de uma consciência linguística, inclusive, portanto, ser uma fonte de erro. A intenção aqui é abrir novas fronteiras de conhecimento para futuros estudos. Na perspectiva de transformação, nota-se a importância dos movimentos sociais para efetuar uma mudança social porque cada “ser é uma existência em potência”. Segundo Sartre, “a existência é o ser em ato” (1968 apud SANTOS, 2017, p. 119) no exercício espacial do poder. Logo, é indiscutível o fato de que o r-existir aciona e acessa territórios múltiplos.

Como síntese do nosso estudo, utilizamos a ferramenta nuvem de palavras como estratégia de análise, conforme podemos verificar na imagem (Figura 20).

Figura 20: Nuvem de palavras do estudo (2022)



Elaboração e organização: JESUS, R. S., 2022.

As principais expressões correspondentes entre todas as entrevistas utilizadas foram: rio, vida, importância, existência, ribeirinhos, sentimento, pescado, povos etc., conforme a relevância e magnitude.

Sendo assim, é possível apresentar as seguintes sugestões para construção de modelos de articulação política apresentados pelas mulheres de movimentos sociais do nosso estudo de caso: autogestão do território; aplicabilidade das tecnologias sociais; articulação com todas as bacias; construção de planos de manejo alternativos; formação e participação continuada.

A luta por água não é só para o acesso aos recursos, nem somente para inserir a mulher nos espaços de decisão, mas que estas sejam ferramentas estratégicas de negociação do lugar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou análise de como as resistências sociais se relacionam com o espaço geográfico, produzindo múltiplas formas de resistência e possibilitando criar alternativas de existência. Além disso, permitiu compreender uma relação dialética entre corpo e território e como são afetados pela colonialidade.

De modo geral, os movimentos de resistência permanecem em articulação diante das opressões e diversas formas de dominação hegemônica. Buscam meios agroecológicos de produção, de autogestão do território e de aplicabilidade das tecnologias sociais, além de realizar a articulação com toda a bacia horográfica; a construção de planos de manejo alternativos; a formação e participação continuada; a representatividade nos instrumentos de gestão. Tais práticas são mais que resistência, devemos compreendê-las como r-existência, reafirmando a essa ideia uma resistência decolonial.

Ao descrever as práticas territoriais cotidianas dos movimentos de resistência, revelaram os limites da racionalidade e sua insuficiência instrumentalizada. Assim sendo, a contrarracionalidade implica a superação das múltiplas opressões do mundo moderno-colonial. Diante do depoimento das entrevistadas, ficou evidente o caráter político do território hidrossocial como um processo perverso de mercantilização da água, expondo a água com dimensões não puramente sociais e físicas, mas simultaneamente relacionais, ou seja, construído e historicamente produzido através de múltiplas relações.

A possibilidade de criar categorias e subcategorias com o uso do software Atlas.ti para estudos qualitativos mostrou-se eficiente quando identificamos a contrarracionalidade como outras formas de racionalidade. O corpo-político ou corpo-território encontra-se na possibilidade de reencontrar-se com a natureza, que questiona a realidade a partir de uma crítica criativa e reflexiva da realidade. Já o território hidrossocial e a geopolítica da água agem como processos implicados. Por fim, as r-existências criam espaço político de alianças e lutas comuns em torno da água como elemento mobilizador em defesa do território.

Dada a importância do tema, torna-se necessária a ampliação do estudo para toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco, de modo a mapear modelos de

articulação política em territórios hidrossociais. Também futuros trabalhos nos convidam a identificar as interconexões de opressões particulares: de gênero, classe, raça/etnia, geração, sexualidade, reconhecendo as injustiças socioambientais e a hierarquização de oportunidades historicamente estabelecidas por meio das relações sociais e de poder dos sujeitos sociais que lhes conformam.

Nesse sentido, a reflexão a partir de experiências cotidianas de viver em um lugar específico, diretamente ligado a experiências de vida e memória que carregam consigo, permite descrever um potencial de r-existências como uma política concreta no espaço. Conforme preconiza Achille Mbembe (2018) “Quando o poder brutaliza o corpo, a resistência assume uma forma visceral”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C.; RIBEIRO, D. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, F. D. Interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico. In: **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 37-54.

ANA - Agência Nacional de Águas. **As regiões hidrográficas**. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/panorama-das-aguas/regioes-hidrograficas>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ATLAS.TI SCIENTIFIC SOFTWARE DEVELOPMENT GMBH. **Atlas T.I**, 2022. v.2

BAKKER, K. J. A Political Ecology of Water Privatization. **Studies in Political Economy**, v. 70, n. 1, p. 35-58, mar. 2003.

_____, K. J. **Privatizing Water**. Governance failure and the world's urban water crisis. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF. **Principais características**. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>. Acesso em: 25 maio 2022.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF. **Sistemas de Geração**. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/SistemasGeracao.aspx>. Acesso em: 26 maio 2022.

CONCEIÇÃO, Mirtes Rose Menezes da. **Nem o mandacaru nem o chapéu de couro**: análises das multiterritorialidades da identidade cultural sertaneja no semiárido de Sergipe. *Tese (doutorado). Pós-graduação em Geografia*. Universidade Estadual do Ceará: 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CONTAG. **Plataforma política Marcha das Margaridas 2019**. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Indentity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43 (6), p. 41-99, 1991.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina. Grande: EDUEPB, 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: UFC, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADAMER, H.G. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3ª ed. Pretópolis: ed. Vozes, 1999.

GIL, A. CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2008.

GOHN, M. DA G. MARCONDES. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n.48, p. 75-90, 2020.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. CLACSO ed. Niterói: Programa e PósGraduação em Geografia; UFF, 2021a.

_____. **Vivir en el límite: Territorio y multi/transterritorialidad en tiempos de in-seguridad y contención**. Ciudad de México; Siglo XXI Editores México, 2021b.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

HENGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. (Prefácio). Trad. De Paulo Meneses. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: editora da UNESP, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases cartográficas contínuas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOORE, J. W. **El capitalismo en la trama de la vida**: Ecología y acumulación de capital. 2. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

NASCIMENTO SILVA, M. DAS G.; SILVA, J. M. **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidade na Análise Espacial**. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2014.

ONDAS BRASIL. **Programação do FAMA 2022 Brasil/Dakar**. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/programacao-do-fama-2022-brasil-dakar/>. Acesso em: 14 maio 2022.

PACINI, Patrícia. **Opará**: cantos, contos e encantos do Rio São Francisco. São Paulo: Matrix Editora, 2017.

PÉREZ, M. S. **R-Existências Dos Camponeses/As Do Que Hoje É Suape**: Justiça Territorial Pós-Desenvolvimento E Descolonialidade Pela Vida. *Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia*. Recife: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2016.

PNUD. **IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

POLLAK, MICHAEL. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Outra Verdade Inconveniente - a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **universitas humanística**, n. 66, p. 327-365, 2008.

_____. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**: Geografía de los movimientos sociales en América Latina. Caracas: Instituto Venezolano de Ciencia y Tecnología, 2009.

_____. Outros horizontes para a geografia pela vida, pela dignidade e pelo território. in. CATTANEO, D; CÂMARA, M; SILVERA, R. (Org.). **Geografias da R-existência**. Ponta Grossa-PR: Monstro dos Mares, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do poder**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios de agroecologia** (ebook). 1ª ed. Santa Maria/RS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15770>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SAMPAIO, M.; GIRARDI, E.; ROSSINI, R.E. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. **Confin**, n. 45, p. 1-24, 1 jun. 2020.

SANDOVAL, C.; BHAVNANI, K.-K. **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277126397>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, W. A. DOS. **A barragem de Xingó e os impactos socioambientais no baixo São Francisco de Sergipe**. Tese (doutorado) Pós-graduação em Geografia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SCHOLZ, R. **Para a crítica das actuais teorias da colonização no contexto do "Colapso da modernização"**. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.

SCOTT, J. C.; DE MENEZES, M. A.; GUERRA, L. Formas Cotidianas Da Resistência Camponesa. **Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. UFPB: Campina Grande, p. 10-31, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO - SNIS. **POÇO REDONDO (SE)**. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SOUZA, G. S. DE; SANTOS, A. R. DOS; DIAS, V. B. **Metodologia da pesquisa científica: a construção do conhecimento e o pensamento científico no processo de aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Animal, 2013.

SWYNGEDOUW, E. **Territorialidades del agua: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos**. 1. ed. Buenos Aires: Red WATERLAT-GOBACIT, 2019.

TAVARES, A. M. B. Educação e desenvolvimento cultural e artístico. **Educação e desenvolvimento**, n. 20 (2), p. 9-17, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Dois anos após a tragédia de Brumadinho, danos ainda são desconhecidos**. UFMG Belo Horizonte: 2019.

Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/dois-anos-apos-a-tragedia-de-brumadinho-danos-ainda-sao-desconhecidos>. Acesso em: 30 maio 2022

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Entrevistas

E1: Participante 1

Eu sou da Coordenação da Articulação Popular São Francisco, vivo aqui no Baixo São Francisco, mas o Baixo São Francisco ele não se resume a Poço Redondo. Eu estava lendo lá, e isso é um limitador sim porque, assim, há gente que nem eu, estou num grupo que a gente discute as questões da natureza e, quando a gente fala de água, eu sou defensora do rio São Francisco, mas, quando a gente fala na questão água, a gente não limita ao rio São Francisco porque a gente sabe que tem outras bacias, outros rios, e aí, se a gente limita só São Francisco, a discussão vai girar em torno do São Francisco, mas tem momentos que a gente precisa mesmo. Enquanto o movimento que defende o São Francisco, a gente precisa focar na questão Bacia do São Francisco. Mas tem momentos que a gente tem que abrir esse leque para que mais pessoas que ligada a essa luta vem assim se colocar com a gente. Não é, mulher, é assim mesmo, é uma dando força para outro e às vezes, às vezes quem tá dentro não repara, mas aí quem tá de fora vem e ainda tem outro olhar, e aí a gente vai se ajudando, mas é bem por aí mesmo, viu, eu acho que a água vai ser a próxima guerra. Vai ser por água, e o Brasil ele concentra doze por cento da água potável do mundo, mais de doze por cento, e aí se prepara, minha filha, que só vem ela, viu, é muita coisa, muita agressão a nossas fontes de águas, aos nossos rios, aos nossos atos e feitos, enfim, é isso, é isso, uma realidade muito cruel. Ou, Rosivânia, como eu te falei, eu não estou em Poço Redondo, quem está lá é Quitéria, mas eu vou falar enquanto Baixo São Francisco, tá certo, porque eu tenho um certo conhecimento baixo com São Francisco. A gente é o vai de Sergipe e Alagoas, desde [o município] Delmiro Gouveia no lado alagoano, como também de Canindé do lado sergipano, para baixo do lado alagoano, aí segue até a divisa lá com o mar, lá na foz que, é a cidade de Piaçabuçu, e do lado sergipano desce de Canindé a Brejo Grande, que aí é o território sergipano. Ah, então, deixa eu te falar as ações do governo, dá para você ter uma ideia, tem municípios aqui na região que não têm acesso à água potável de qualidade, vamos dizer assim, porque aqui mesmo a nossa comunidade ela é abastecida pelo o que é a companhia de distribuição de água de Sergipe, e Alagoas eles privatizaram, né, tá privatizado, bom, então, é uma coisa assim assustadora porque você veja bem, você morando a 1 km do rio, a mil metros do rio, e você não

tem acesso à água encanada, à água tratada, e enquanto eles fizeram uma tal de uma transposição que leva a água lá no Estado do Ceará, por exemplo, Rio Grande do Norte, Ceará, para Paraíba, e aí a gente fica assim, é, descontente, a gente tem lutado por isso, a gente tem cobrado das autoridades do Estado essa questão, mas você sabe a briga do povo pobre, do ribeirinho pobre e do pobre no geral, ela é muito desigual porque eles quase não nos ouvem, sabe, é muito grito para poder nos fazer ouvir e nem sempre, viu, aí vamos lá no lado alagoano, tanto lado sergipano como lado alagoano, devido à barragem de Xingó que segura a água e solta, aquele não, nada mais é do que a Chesf, né, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, eles soltam da maneira deles, eles não respeitam as comunidades, não respeita o povo que tá abaixo deles, cada hora eles praticam a vazão. Olha, lá no começo, quando Xingó foi projetado, o acordo era que essa vazão não podia ser menos do que dois mil e cem metros cúbicos por segundo, e aí, ao longo dos anos, isso foi lá nos anos 80, acho, se eu não tiver enganada. E aí ao longo do tempo isso vem diminuindo, que chegou época no verão da gente ter 550 metros cúbicos, deixando o rio completamente vazio aqui embaixo, com pouca água que muitas das capacitação de águas que abastecem cidades como Arapiraca, como Aracaju, como outras grandes cidades, ficou sem alcance dessa água, e eles tiveram que em determinado locais colocar as bombas de para entrar mais dentro do rio para poder conseguir captar essa água, para você ver como é a política da água no Brasil, se transformou nisso, e nós aqui do Baixo São Francisco nós somos os mais afetados, né, porque para nós sobra praticamente esgotos do rio em algumas épocas e ultimamente com a chuvas a gente teve até um pouco mais de água, mas mesmo assim tem municípios como Brejo Grande do lado sergipano e do lado alagoano que a água está salinizada, imprópria para consumo humano, imprópria, e são só uma série de coisas e olha, deixa eu logo lhe dizer, o Rosivânia, é isso é em toda a extensão do São Francisco e também dos seus afluentes, e o porquê você sabe, né, vamos dizer subindo lá em Minas tem a questão da mineração, que agora mesmo estão numa luta danada para tombar lá uma serra que eles querem minerar ouro e ferro que é um patrimônio histórico do Estado. E isso sem contar que vai afetar várias comunidades e até cidades. E sem contar o perigo de contaminação que essas barragens de minério, deixa te falar, você viu o caso de Mariana de Brumadinho, é lá e até hoje a gente da [Articulação do] São Francisco ainda mantém algumas pessoas lá com acompanhando esse conflito

porque a Vale até hoje não reparou os danos e, quando reparou, fez o acordo com o governo. E o que o governo de Minas quer fazer, só com a indenização da Vale que deveria olhar pelas famílias afetadas, que não foram uma nem duas, e pode ver foram duzentas e poucas mortes, ainda tem gente desaparecido que até hoje não apareceu, afetou modos de vida, muita gente sobrevive a daquela região do turismo, da agricultura, da pesca, tá todo mundo afetado, todo mundo. Teve muitas comunidades que não têm condição de voltar até hoje, e aí o governo de Minas resolve que vai fazer um Rodoanel com dinheiro sem levar em consideração a opinião das populações que foi atingida. E aí é uma briga danada, é uma confusão danada, porque o povo também não fica calado, né, tem que ter feito manifestações a respeito, audiências públicas, entrar, eu peço, tem um monte de ação andando e mais limpinha, esse governo não respeita, não respeita ninguém, eu não digo só o governo federal, não, todos os aliados a eles, a ele, como Zema e outros. E aí esses povos estão morando fora de suas comunidades, que eles dão, a maioria recebe 900 reais. Veja bem a contradição, uma pessoa que vivia de uma pousada, como eu conversei com um casal que eles tinham uma pousada na região, que tinha um lucro, um modo de sobreviver, quero dizer, do turismo rural. E aí eles vêm oferecendo 900 reais para dar de aluguel e a sobrevivência desse povo, 900 reais vai cobrir aluguel e a sobrevivência desse povo? Não. Os indígenas que vive da caça e da pesca, como é que esses indígenas vão viver? Eles não vivem na cidade, infelizmente não são respeitados os modos de vida. E aí eles vêm com essa luta, é uma luta muito grande. Para você ter uma noção, setenta ou mais de setenta por cento da água que é retirada do São Francisco vai para o agronegócio. E a gente não tem [conflitos]? Os conflitos são grandes porque esse Agro espreme, esse Agro grila a terra, a água, espreme comunidades, esse Agro mata e é uma série de contradições. Assim que não dá, Brejo Grande mesmo, os povoados de Brejo Grande e até a cidade está sendo abastecida por caminhão-pipa, o que muitas vezes passa nas comunidades uma vez na semana. Olha só, a água lá, se você for tomar um banho e você lá na beira do rio, o sabonete não faz espuma porque a água está salgada, entendeu, eles não podem mais plantar o arroz que era a sobrevivência deles porque a água está salgada, o coco, que também é uma forma de sobrevivência deles, a água é salobra, tem uma série de coisas da menina Rosivania, mas, se você precisar de mais informações, é só procurar, tá certo, a gente tem até uma frase que a gente usa na nossas lutas, resistimos para viver, lutamos! É

mais ou menos por aí, tem que pegar ele, eu lembrar, viu, é tanto grito de guerra que a gente esquece alguns, e é lutamos para vencer. Resistindo para viver, parece que é assim, mas eu vou pegar a frase direitinho, aqui tem uma das dos card aqui que tem a frase. Deixa eu procurar e achar, viu, porque é bem assim mesmo, a gente tem que resistir para viver porque senão eles nos mata.

E2: Participante 2

Eu atuo como educadora social no Conselho Pastoral dos Pescadores, uma entidade que tem atuação em comunidades tradicionais, mais especificamente em comunidades pesqueiras, onde contribui na organização comunitária e dos pescadores e pescadoras artesanais por meio de formações e outras atividades que trabalhe a coletividade, com intuito de fortalecer os pescadores e pescadoras artesanais nas lutas em defesa dos seus direitos. O Conselho Pastoral dos Pescadores tem atuação local, regional e nacional, no meu caso, atuo na região do Baixo São Francisco por meio do regional Bahia/Sergipe. As reuniões do conselho fiscal acontecem numa sequência de três vezes ao ano, mas, a depender das demandas das comunidades acompanhadas, passam a acontecer com mais frequência. Dentro da entidade, dificuldade nenhuma, mas a sociedade no geral ainda tenta muito restringir nossa presença em determinados espaços, mas nós resistimos e estamos sempre na luta para mostrar para essa sociedade machista que o nosso lugar não é numa cozinha, não é dentro de casa... nosso lugar é onde a gente quiser estar.

Nossa temática de discussão em relação à água é principalmente o acesso a ela, onde muitas comunidades apresentam dificuldade de acessarem este bem tão precioso e necessário para a sobrevivência e algumas que acessam não têm uma água potável e adequada para o consumo humano, mas discutimos junto a isso o acesso ao pescado, que é a principal fonte de renda da maioria das comunidades onde atuamos.

Não existe uma secretaria específica ou conselho, nossa participação é nos espaços que nós mesmos junto a movimentos sociais articulamos. Em datas comemorativas, nós, por exemplo, sempre realizamos atividades/discussões no dia da água, dia do pescador, dia de São Francisco... e no mais, a depender das

demandas e principalmente de acordo com a vazão do rio São Francisco, sempre estamos fazendo discussões e ações na defesa da água e do rio. Inicialmente, é preciso que se tenha outros espaços de discussões sobre a gerência da água e que esses espaços permitam a participação do povo, mas raramente se vê essas discussões vindo de outros espaços que não sejam proporcionados pelos movimentos sociais. O rio São Francisco significa vida, dele tiramos nosso pescado, é um rio que dá vida de milhões de ribeirinhos que dependem dele para sobreviver, inclusive eu. Tenho um sentimento por esse rio que não dá pra explicar, o rio é povo, e nós povos somos rio, então não dá pra separar a gente, um não existe sem o outro, e a água é quem gera a vida, mata a sede e a fome, pois também utilizamos para produzir nossos alimentos e tantas outras utilidades que ela tem de importância para a nossa existência.

E3: Participante 3

Asa (Articulação do Semiárido), eu integro essa articulação desde 2003, e é uma articulação que tem todo um debate sobre o processo de centralização da água, inclusive a articulação do semiárido ela cria, não vou dizer que eu queria mais aprofundar o conceito de convivência com o semiárido em detrimento do combate à seca, então eu dos movimentos de articulação em defesa de água, e aí lógico que ASA apresenta dentro desse contexto das políticas públicas, né, a tecnologia das cisternas, as cisternas de placa para o consumo humano e a cisterna calçadão, né, que a cisterna de produção, entre outras tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva. O grande debate que articulação semiárido faz é exatamente a descentralização das águas, então, quando você me pergunta se eu participo de algum movimento e de alguma articulação, participa da articulação semiárido brasileiro, que tem uma articulação a nível nacional, ela está integrada no sentido de que agrega todos os Estados que tenham, que tem o clima semiárido. Então os nove Estados da região nordeste mais o norte de Minas e o norte do Espírito Santo, atualmente Espírito Santo não faz parte mais da articulação semiárido, e mas é só o norte de Minas, então ao todo são 10 Estados que estão nesse debate, nessa articulação, em nesse processo de valorização das políticas públicas voltadas para descentralização das águas. A questão da articulação semeada, nossa pauta envolve

um pouco disso, da gestão hídrica no sentido da política pública no tocante à descentralização, a gente tem compreendido ao longo desses 23 anos, que vamos fazer esse ano de articulação, de que a região semiárida brasileira existiu e existe um debate, na sociedade, no campo político, de que o a região Nordeste é uma região seca, é uma região que não tem água, e por isso se justificou durante muitos anos e ainda se justifica em alguns aspectos algumas políticas, essas empresas ou projetos faraônicos, né, como a questão dos grandes barramentos, a questão das grandes, os grandes açudes, e que na verdade essa água ela continua sendo centralizada nas mãos de poucos, né, haja vista que a distribuição efetiva da água ela não se dá por esse viés, né. Se nós formos analisar os grandes empreendimentos hídricos que nós temos no Brasil, mas em especial aqui na região semiárida, de grandes concentrações de água, elas não estão a serviço dos pequenos produtores, nelas estão a serviço do grande capital, da grande produção, seja a produção energética, seja a produção em grande escala, seja produção para os laticínios, para a fruticultura irrigada, mas efetivamente a água ela não está sendo distribuída onde de fato as populações são mais difusas, então é aí que entra todo o nosso debate das tecnologias sociais de captação de água de chuva enquanto uma política pública no sentido de que essa água possa ser mais descentralizada, né, entendendo que nem toda a realidade, nem todo lugar, vai ser possível chegar água encanada, né, embora é sair da seja grande pauta que se tenha certeza de que a gente possa ter canais que possibilitem de fato essa integração dessas redes de abastecimento, mas o fato de que elas não chegando as redes de abastecimento, o fato de que as comunidades não tenham seus reservatórios. A exemplo das cisternas, dos barreiros trincheiras, ela perde esse processo de armazenamento de água de chuva, e depois essas pessoas ficam vulneráveis à política do carro-pipa, que nada mais é do que uma moeda de troca e de uma política de Abreu isto, né, então eu acho que que a nossa grande discussão, a grande pauta da articulação do semiárido brasileiro é esse processo da política pública de centralizada a partir das tecnologias sociais, que envolve processos de formação e capacitação para homens e mulheres entender as razões desse processo de falta d'água, que não é necessariamente a escassez do bem. É a centralização do bem nas mãos de poucos.

E4: Participante 4

Meu nome é Sonia Maria Malaquias dos Santos, tenho 52 anos, solteira, coordenadora estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e militante da Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), mulher preta, ribeirinha, feminista, educadora popular e moro na região Norte do Estado de Sergipe, conhecido como Baixo São Francisco.

LUTAS NA PRESERVAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO/SE.

Uma das principais demandas no trabalho de conscientização nas bases é a luta pela revitalização do rio São Francisco, de todos os afluentes, assim como as nascentes e riachos, na busca de direito para toda a população na garantia de água potável e de qualidade, campo voltado para as mulheres e agroecologia, com os quintais produtivos e livres de agrotóxicos.

Buscamos durante 522 anos a abolição que ainda não aconteceu para o nosso povo na garantia de vida digna em abundância, acesso de ir e vir, visibilidade do nós povo ribeirinhos(as) com direito à água, terra e garantir a identidade de nós povo na defesa de nossos territórios.

Falando ainda do nosso rio São Francisco, que pede SOS todos os dias, pautamos que existe uma forma de geração de energia que não venha impactar o rio e as(os) filhas(os). As gestões deixam a desejar, mesmo morando às margens do rio São Francisco, passamos muitos dias sem ter acesso à água. Continuamos na luta por garantia das políticas públicas pra todo nosso povo.

Luta contra barragens, transposição, agronegócio, agrotóxicos, grandes empreendimentos às margens do rio, cercas nas água, desmatamento da flora, fauna e mangues. Dizemos não à exploração de petróleo em águas profunda dentro do mar. Tudo isso não gera vida e desaparece nossos territórios.

APÊNDICE B – Transcrição do vídeo

V1: Vídeo

É lá na região dos Cânions do São Francisco. Vocês já ouviram dos Cânions do São Francisco, quando fala é aquela coisa bonita, não é? Mas, por trás de tudo aquilo, está o maior sofrimento, um horror que os pescadores enfrentam ali com os empresários do turismo de massa. E aí a gente pensou “como é que a gente se organiza, como é que a gente organiza esses pescadores para eles fazerem esse enfrentamento e garantir sua permanência do território?” Aí vamos garantir a autogestão do território, e nós iniciamos com uma série de oficinas pra poder entender o que é turismo de base. Pra poder entender que a gente podia trabalhar o turismo de base ali. E foi identificado uma espécie de peixe que não tinha nenhum valor comercial, aí a gente estudou, buscou, pesquisou, “o que é que dá pra fazer disso?” Aí descobrimos que dá para fazer o hambúrguer, a linguiça, dá pra fazer almôndega, e aí a gente fez a experiência e funcionou. Pegamos aquela espécie, os pescadores, quando vinha na rede, que eles rasgam totalmente a rede, não dá nem para recuperar. Aí a gente fez, deve ter alguma solução, e aí a gente fez essa experiência de beneficiamento, deu certo, e agora estamos contando com um grupo de mulheres. E uma outra coisa foi garantir um espaço específico para os pescadores para eles trabalharem o turismo de base comunitária, o turismo de massa não nos interessa. Mas aí os grandes empresários tentaram de toda forma expulsar os pescadores daí. Aí foi quando veio as várias incidências nos órgãos, mas, claro, depois da formação para poder entender direitinho o que é, como é que luta pelo território. Aí a gente fez uma série de incidências, a gente foi tentando, dizer que a gente precisava daquele espaço, que os pescadores permanecessem ali porque são povos originários, quando o turismo chegou, eles já existiam. Aí depois de todas essas lutas no MPF, audiências e tal, a gente conseguiu fazer que regularizassem uma área específica para eles trabalharem o turismo de base comunitária. Além dessas duas experiências, veio a cartografia, que é esse livro aqui. Aqui na cartografia a gente identificou todos os conflitos que se está enfrentando e, além dos conflitos, a gente citou também as experiências que eles têm também, o cuidado com o meio ambiente. Tipo coleta de lixo, até dos próprios espaços do grande empresário que deixavam lá, um lixão, eles iam lá e limpavam. Então todas essas ações a gente precisa registrar porque acaba

se tornando um documento. E, com isso, a gente já tem que meio que uma autogestão do território em prática, hoje está muito mais difícil do empresário chegar lá e dizer “você vai sair daqui porque aqui não tem peixe, aqui não é lugar de pescador”. A gente tem documento, comprova que a gente está lá, que existe peixe sim, o que precisa é uma política de recuperação de estoques pesqueiro, isso a gente está reivindicando também, e um outra coisa. A gente lutou também pelo Plano de Manejo do Movimento Natural, a gente lutou primeiro por uma área específica e depois para o geral. E finalmente, por esses dias agora no início do mês, saiu a oficina final de construção de plano de manejo. Então a gente está garantindo a autogestão do território e a resistência do povo que vai permanecer, com fé em Deus!

12/05/2022 Planejamento do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe

APÊNDICE C – Ata de reunião do Conselho da Pastoral de Pescadores

A1: Ata

No último dia 13 de maio de 2022, o Conselho Pastoral dos Pescadores, junto ao grupo de artesãs, pescadoras e pescadores artesanais do povoado Bonsucesso, esteve reunido com a vice-governadora do Estado de Sergipe, Eliane Aquino, e o Deputado Estadual Iran Barbosa. O encontro aconteceu no espaço/sede das artesãs, localizado na pracinha da televisão, na comunidade Bonsucesso, Poço Redondo/SE, onde as artesãs recepcionaram Eliane e Iran, apresentando o espaço (sede provisória, alugada pela prefeitura) e o artesanato por elas produzido. Em seguida, deram início à reunião, onde foi discutido políticas públicas para viabilizar a aquisição de insumos, ampliação da produção e comercialização do artesanato local, foi discutido também o acesso a políticas públicas voltadas para a pesca artesanal e questões relacionadas ao rio São Francisco, como a exploração de petróleo e suas consequências para o povo ribeirinho de todo Baixo São Francisco. Durante a reunião, foi entregue a Eliane Aquino e Iran Barbosa um documento onde relata os principais problemas enfrentados pela comunidade, destacando principalmente a interdição do cemitério local, cemitério que existe há mais de 150 anos e que nos últimos dias a comunidade foi surpreendida quando moradores locais se depararam com uma placa implantada pela prefeitura municipal, atendendo um parecer da ADEMA, onde desautoriza a utilização do cemitério, alegando que o mesmo localiza-se em área de APP, porém, estas providências foram tomadas sem que a comunidade fosse comunicada e sem antes providenciar um outro local para se construir um novo cemitério. Eliane Aquino e Iran Barbosa colocaram o mandato a disposição para junto à comunidade buscar solução para as questões apresentadas e se comprometeram em dá um retorno breve sobre o que podem estar contribuindo para melhoria da comunidade. Ao final da reunião, as crianças que participaram da oficina de cordel, ofertada por meio da Lei Aldir Blanc, declamaram seus cordéis e presentearam os convidados com os folhetos de cordel produzidos durante a realização da oficina, em seguida a vice-governadora, Eliane, e o deputado, Iran, agradeceram e se despediram da comunidade

APÊNDICE D – Distribuição das subcategorias entre os documentos

SUBCATEGORIA	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
AGROECOLOGIA	11
AGRONEGÓCIO	6
ALIANÇAS POLÍTICAS	7
CONFLITOS E COTIDIANO	34
CORPO-TERRITÓRIO	10
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	5
FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	16
GEPOLÍTICA DA ÁGUA	1
INFORMAÇÕES SOBRE A BACIA	5
INSTRUMENTOS DE GESTÃO	11
MOVIMENTOS SOCIAIS	4
OFERTA DE ÁGUA	7
PLANO DE BACIA	2
PRIVATIZAÇÕES	9
SENTIDO E SIGNIFICADO DO RIO	4
TECNOLOGIAS SOCIAIS	27
TERRITÓRIO HIDROSSOCIAL	18
VAZÃO	8

ANEXO A – Cordel: Ampliando a resistência, fortalecendo a convivência





Realização
Articulação Semiarido Brasileiro | ASA

Autores
Aparecida Amado
Daniela Bento

Projeto Gráfico | Diagramação
Via Design

Ilustrações
Bruno Anselmo

2014

SENHORAS E SENHORES
DO CAMPO E DA CIDADE
NAS LINHAS QUE TRAÇO AGORA
UMA NOVA REALIDADE

UM POVO QUE FAZ HISTÓRIA
MUDANDO A SUA SORTE
DA DOR JÁ NÃO SE LAMENTA
E BRADAM: NÓS SOMOS "FORTE"



2 ASA 15 ANOS

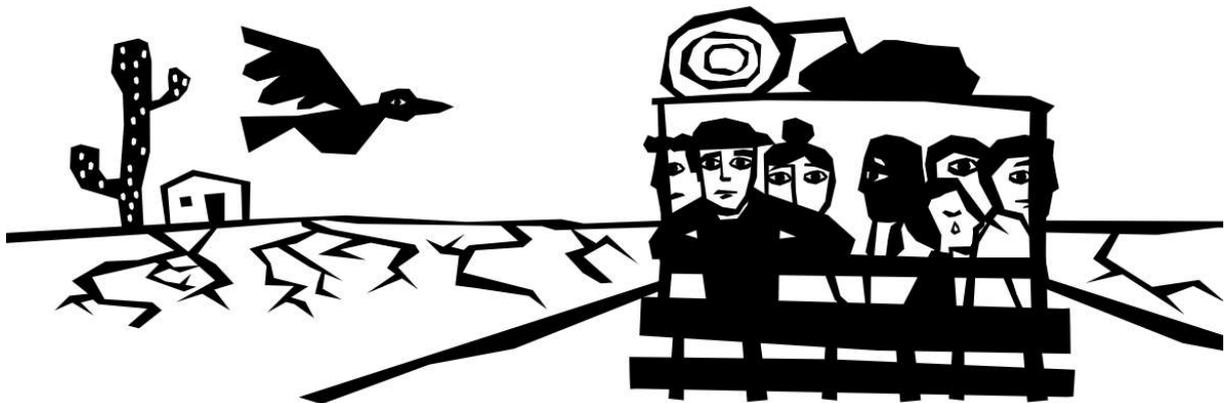
MAS NEM SEMPRE FOI ASSIM
A DOR POR AQUI PASSOU
DESESPERAÇÃO E MORTE
A HISTÓRIA REGISTROU

EM UMA ÉPOCA VIL
ESCUTÁVAMOS DIZER
A SECA É INEVITÁVEL
NO SERTÃO SE VAI MORRER!

ASA 15 ANOS 3

ISSO TUDO É NATURAL
NÃO SE TEM COMO MUDAR
QUEM QUISE SOBREVIVER
VÁ MORAR NA "CAPITÁ"

O POVO ACREDITAVA
CAIA NESSE MUNDÃO
OS SONHOS ALI FICAVAM
NAQUELE SECO SERTÃO



4 ASA 15 ANOS

E ASSIM FOI REGISTRADO
EM LIVROS, FOTOS, CANÇÕES
UM POVO DESENGANADO
SOFRENDO NESSES GROTÕES

MAS AQUI NESSE LUGAR
HISTÓRIAS QUE NÃO SE LIA
UM POVO SEMPRE A LUTAR
RESISTINDO NOITE E DIA

UMA LONGA CAMINHADA
PENSANDO NA CONVIVÊNCIA
AQUELA TERRA RACHADA
TAMBÉM TINHA EXPERIÊNCIA

NA DÉCADA DE NOVENTA
GRANDE MANIFESTAÇÃO
O POVO ENTÃO INVENTA
DE FAZER REVOLUÇÃO



6 ASA 15 ANOS

ASA 15 ANOS 7



FOI DURANTE A COP 3
 QUE A VOZ SE LEVANTOU
 O POVO DO SEMIÁRIDO
 NOVO SONHO ALI PLANTOU

A SOCIEDADE CIVIL
 CONFERÊNCIA ORGANIZOU
 POR UM MILHÃO DE CISTERNAS
 O POVO TODO GRITOU

NINGUÉM COMBATE A SECA
 ERA O MOTE PRINCIPAL
 CONVIVER COM O SEMIÁRIDO
 UMA IDEIA RADICAL

E ASSIM A ASA SURGE
 FAZENDO ORGANIZAÇÃO
 A VIDA NO SEMIÁRIDO
 VIRA ARTICULAÇÃO

8 ASA 15 ANOS

A REALIDADE VISTA
A PARTIR DESSA VIVÊNCIA
A SECA, UMA VERDADE
A SOLUÇÃO: CONVIVÊNCIA

O NOVO ELA PLANTOU
AO OLHAR PR'ESSE LUGAR
UM PROJETO INOVADOR
FOMOS LÁ REIVINDICAR

ASA 15 ANOS 9

UM MILHÃO DE CISTERNAS
ERA PRECISO FAZER
ENCHER COM ÁGUA DE CHUVA
ISSO ERA CONVIVER

O POVO ORGANIZADO
CONQUISTA O PIMC
TODA CASA COM CISTERNA
ÁGUA LIMPA DE BEBER



10 ASA 15 ANOS

SONHO DE TRANSFORMAÇÃO
VINDO A MATERIALIZAR-SE
UMA IDEIA GENIAL
QUE CUSTOU A ACREDITAR-SE

SE TINHA SEDE DE ÁGUA
MAS TAMBÉM DE INCLUSÃO
AGRICULTORES(AS) SUJEITOS
SABENDO SER CIDADÃO

ASA 15 ANOS 11

SEM DEPENDER DE PREFEITOS
ROMPENDO A EXCLUSÃO
ARMAZENANDO A ÁGUA
CADA UM COM SEU QUINHÃO

QUE A ÁGUA NÃO SEJA PRESA
NO TERRENO DO PATRÃO
MAS COLHIDO PELO POVO
QUANDO A CHUVA CAI NO CHÃO



SEGUIA-SE O PRECEITO
DEIXADO POR MEU PADIM
UMA CISTERNA EM CASA
A CONVIVÊNCIA É ASSIM

SE TINHA FOME DE TUDO,
ENTRE ELAS DE SABER
ENFRENTAR TANTOS PROBLEMAS
AMPLIAR O CONVIVER

A ASA QUERIA ÁGUA
MAS TAMBÉM CAPACITAR
BOTOU DENTRO DO PROJETO
CURSOS DE GRH

ASSIM O POVO APRENDIA
MUITO MAIS DO SEU LUGAR
REDESCOBRIA BELEZAS
E COMO AS VALORIZAR



14 ASA 15 ANOS

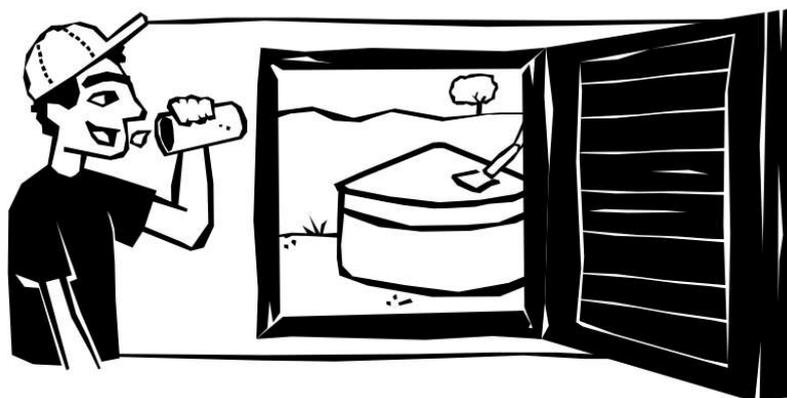
QUE ÁGUA É UM DIREITO
O POVO LOGO ENTENDEU
FEZ MARCHA E CAMINHADA
E O PROGRAMA CRESCER

O POVO SE VIU FELIZ
COMO HÁ TEMPO NÃO SE VIA
POIS COM A CISTERNA CHEIA
TINHA ÁGUA TODO DIA

ASA 15 ANOS 15

COM ESSA PEQUENA AÇÃO
OS ARES DAQUI MUDOU
NÃO TENDO QUE MINGUAR ÁGUA
O POVO SE LIBERTOU

ADEUS INDÚSTRIA DA SECA
CABRESTO DE CORONEL
O POVO VOTANDO LIVRE.
COMEÇA RUIR O CARTEL.



16 ASA 15 ANOS

E SE NOS PRIMEIROS ANOS
AVALIAÇÃO SE FAZ
ESSE TRABALHO DA ASA
PARA MULHER SATISFAZ.

DIMINUIU SEU PESAR
SEM A LATA NA CABEÇA
VAI BUSCAR LÁ NO QUINTAL
ÁGUA QUE LHE FAVOREÇA

ASA 15 ANOS 17

E COM O TEMPO QUE SOBRA
A MULHER MUDA O VIVER
FAZ A DISCUSSÃO DE GÊNERO
VIVA ELA NO PODER!

DESCENTRALIZAR A ÁGUA
VIRA LEMA POPULAR
MAIS QUE ÁGUA PRA BEBER
PRECISA PRA SE PLANTAR



ENTÃO SURGE O P1+2
COM ÁGUA PRA PRODUÇÃO
NOVAS TECNOLOGIAS
FORTALECEM A CRIAÇÃO

AGORA SE TEM A ÁGUA
DA CISTERNA-CALÇADÃO
E O QUINTAL TODO VERDE
MESMO EM DIAS DE VERÃO

O POVO LOGO APRENDEU
QUE ERA PRECISO CUIDAR
DA NOSSA MÃE NATUREZA
E REPENSAR SEU PLANTAR

SEM VENENO E QUEIMADAS
A TERRA FOI MANEJAR
PENSANDO EM MAIS SAÚDE
E SEGURANÇA ALIMENTAR

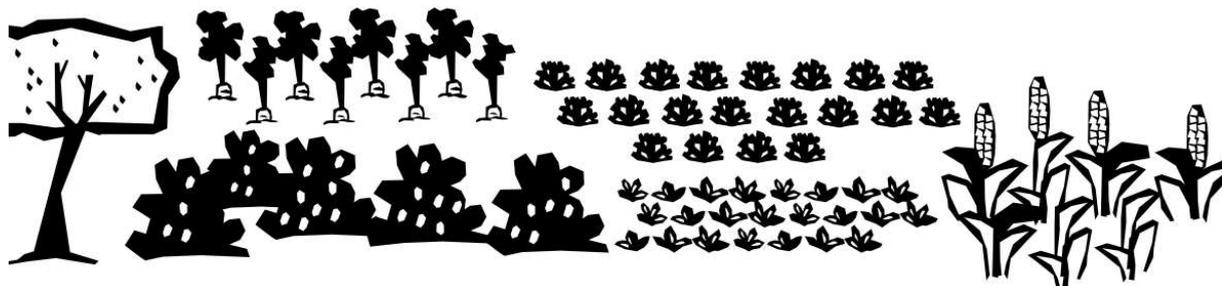


O VENENO AQUI NÃO ENTRA
O QUE VALE É A TRADIÇÃO
A TERRA TAMBÉM É VIDA
E TRATADA COM PAIXÃO

COM A ÁGUA ACUMULADA
SECA VIRA FICÇÃO
TANTO VERDE ESPALHADO
QUANTA FARTURA NO CHÃO

E A AGROECOLOGIA
FORTALECE O CONVIVER
A VIDA MAIS INTEGRADA
O POVO PASSA A VIVER

O CAMPO E A CIDADE
TÊM QUE SE SINTONIZAR
POIS PRA CIDADE JANTAR
PRECISA O CAMPO PLANTAR



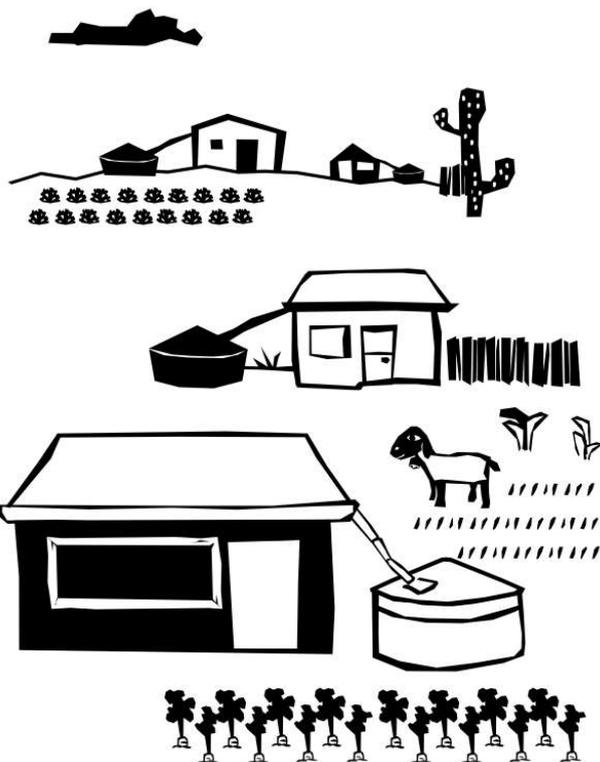
2014 MARCA
O ANO INTERNACIONAL
DA AGRICULTURA FAMILIAR
COM DESTAQUE NO JORNAL

CHAMA ATENÇÃO DOS PAÍSES
PRA UM PROBLEMA GLOBAL
COMBATER O AGROTÓXICO
É BANDEIRA MUNDIAL

ESSE ANO TAMBÉM MARCA
UMA DATA ESPECIAL
15 ANOS DE ASA
É SEU FAZER GENIAL

E SE FÔSSEMOS CONTAR
O TANTO QUE JÁ SE FEZ
ALÉM DO MUDAR DE VIDAS
TÊM DADOS PRA MAIS DE MÊS





SÃO MAIS DE 800 MIL
DE CISTERNAS DE BEBER
ISSO EM LITROS DE ÁGUA
É MUITO CÊ PODE CRER.

JÁ CHEGA A 12 MILHÕES
EM METROS CÚBICOS D'ÁGUA
TUDO BEM DISTRIBUÍDO
ARMAZENA E NÃO DESÁGUA

SERVINDO PARA O CONSUMO
TEMOS TANTO PRA CONTAR
SE VIRAR PRA PRODUÇÃO
LIMPA A VISTA O VERDEJAR

CISTERNA DE PRODUÇÃO
ESTÁ EM 70 MIL
PRA PLANTAS E ANIMAIS
RIQUEZAS PARA O BRASIL

26 ASA 15 ANOS

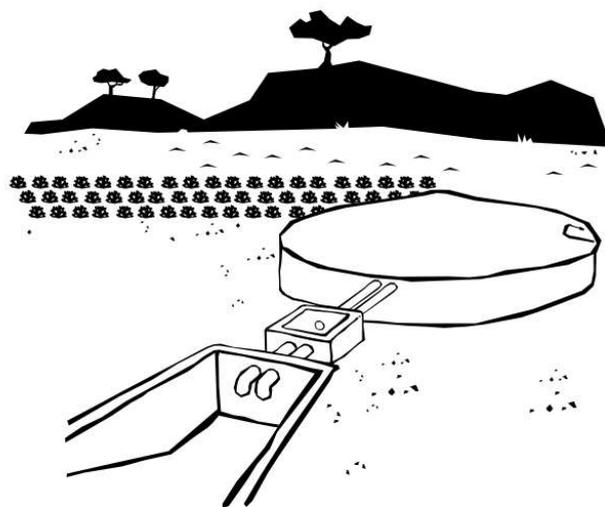
ARMAZENA MAIS MILHÕES
DOS MESMOS METROS DE TAIS
DEIXANDO O SERTÃO TÃO VERDE
FICA BOM QUE É UM "OASIS"

E SE ISSO AINDA É POUCO
VEM O BARREIRO-TRINCHEIRO
AUMENTA A PRODUÇÃO
É MAIS ÁGUA NO TERREIRO

TEM COISA QUE NEM SE CONTA
PORQUE NÃO DÁ PRA PREVÊ
BOMBAS E TANQUES DE PEDRAS
TEM ÁGUA QUE NÃO SE VÊ

ASA 15 ANOS 27

BARRAGINHA E SUBTERRÂNEA
CADA FAMÍLIA QUE DIGA
A ÁGUA COMPARTILHADA
É RIQUEZA SEM INTRIGA



28 ASA 15 ANOS

TERMINO ASSIM OS MEUS VERSOS
É GRANDE A SATISFAÇÃO
DE ESCREVER ESSE MOTE
SOBRE A ARTICULAÇÃO

SEUS 15 ANOS PASSADOS
NOVO LEMA PRA DIZER
AMPLIAR A RESISTÊNCIA
FORTALECER O CONVIVER

